



Fecomércio - 11/09/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Senac-RN abre nova etapa de cursos gratuitos para profissionais do turismo 7
Noticias - 09/09/2020**Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA /

Presidente Marcelo Queiroz grava para o programa InTravel, de divulgação de destinos corporativos 8
Noticias - 10/09/2020**Blog Daltro Emerenciano | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

AUXÍLIO EMERGENCIAL TURBINOU VENDA DE ALIMENTOS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRODOMÉSTICOS - Blog de Daltro Emerenciano 9
Noticias - 10/09/2020**Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Auxílio emergencial turbinou venda de alimentos, materiais de construção e eletrodomésticos 10
Noticias - 10/09/2020**Blog do BG | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

PF apreende HD com grampos telefônicos de advogados de Lula feitos por Moro 13
Noticias - 10/09/2020**Blog Daltro Emerenciano | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S /

ADVOGADO DE LULA COBROU FECOMERCIO POR GASTO EM DEFESA DE EX-PRESIDENTE, INDICAM DOCUMENTOS - Blog de Daltro Emerenciano 14
Noticias - 10/09/2020**Blog da Gláucia Lima | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Senado aprova auxílio a escolas privadas da educação básica; projeto vai à Câmara 15
Noticias - 10/09/2020**Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro diz à bancada evangélica que deve vetar parte de perdão a igrejas para não cometer crime 18
Noticias - 10/09/2020**Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte**

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Emissão de notas fiscais já está acima de 2019, diz secretário do Tesouro 20
Noticias - 10/09/2020

Blog Daltro Emerenciano | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

DÉCIMO TERCEIRO DE 2020 SERÁ REDUZIDO PARA ALGUNS TRABALHADORES - Blog de Daltro Emerenciano

Noticias - 10/09/2020

21

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Zerar tarifa de importação do arroz não vai alterar preço ao consumidor, diz produtor

Noticias - 10/09/2020

22

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Parte do perdão a igrejas deve ser vetada

Noticias - 10/09/2020

24

Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

PF realiza nova etapa da Lava Jato na sede da Petrobras, no RJ - Rádio 98 FM Natal

Noticias - 10/09/2020

26

Blog Daltro Emerenciano | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

DIVÓRCIO DE DESEMBARGADOR DE MT EXPÕE FORTUNA AVALIADA EM R\$ 18 MILHÕES - Blog de Daltro Emerenciano

Noticias - 10/09/2020

27

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Política estadual de fomento à economia Solidária é regulamentada no RN

Noticias - 10/09/2020

28

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo do RN regulamenta o Plano Estadual de Economia Solidária

idades - 10/09/2020

30

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Ministra diz que governo tomou medidas para controlar preço do arroz

Noticias - 10/09/2020

32

Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Governo cria grupo para coordenar vacinação contra covid-19 - Rádio 98 FM Natal

Noticias - 10/09/2020

34

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Greve dos Correios: TST marca audiência de conciliação entre empresa e funcionários - Rádio 98 FM Natal

35

Noticias - 10/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Taxas de juros de empréstimos diminuiram em agosto - Rádio 98 FM Natal 36

Noticias - 10/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Reitor do IFRN revoga compra de notebooks - Rádio 98 FM Natal 37

Noticias - 10/09/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dados de junho e julho mostram retomada em V na indústria e comércio, comemora Ministério da Economia 38

Noticias - 10/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Seminário debate mercado audiovisual 40

Noticias - 11/09/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

"Vão pedir auxílio para quem tirou seu emprego", diz Bolsonaro 41

Noticias - 10/09/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Inflação sob pressão 42

Noticias - 11/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Conab afirma que preço do arroz deve cair com importação 44

Noticias - 11/09/2020

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Arroz pode chegar a R\$ 30, diz presidente da Associação de Supermercados 46

Noticias - 10/09/2020

Rádio 98 FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

"A Potigás vai sobreviver sem a Petrobras", afirma Larissa Dantas - Rádio 98 FM Natal 47

Noticias - 11/09/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Bolsonaro sobre preço do arroz: 'Não vou interferir no mercado' 48

Noticias - 10/09/2020

Agora RN - Natal | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Portuários do Terminal Salineiro de Areia Branca entram em greve por tempo indeterminado 49

Notícias - 11/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Delegados e aliados de Bolsonaro formam palanque de direita conservadora em Natal 51

Notícias - 11/09/2020

Roberto Flávio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Arroz pode chegar a R\$ 30, diz presidente da Associação de Supermercados 53

Notícias - 11/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

De 24 partidos na Câmara, apenas 1 votou contra anistia de dívida bilionária de igrejas 54

Notícias - 11/09/2020

Agora RN | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Cláudio Humberto: FUX QUER STF FORTE, MAS SEM INTERFERIR NOS PODERES 55

Política - 11/09/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Trabalhadores do Terminal Salineiro de Areia Branca decidem entrarem greve 56

Notícias - 11/09/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN /

Fecomércio: Senac RN abre nova etapa de cursos gratuitos para profissionais do turismo 61

Notícias - 09/09/2020

Senac-RN abre nova etapa de cursos gratuitos para profissionais do turismo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

setembro 9, 2020 Por Rafael Nicácio

Dando continuidade à série de ações previstas no Plano de Retomada do Turismo elaborado em parceria com o Governo do Estado e entidades ligadas ao trade, o Sistema Fecomércio-RN, por meio do **Senac**, deu início a mais um período de matrículas em cursos gratuitos para profissionais do segmento turístico.

Nesta etapa estão sendo oferecidas 150 novas vagas em cursos que têm como foco habilitar trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do turismo, com treinamentos para implementação das normas de biossegurança exigidas no Plano. Ao todo, já são 1.300 vagas ofertadas.

Podem participar profissionais que atuam nos segmentos relacionados à atividade turística em Meios de Hospedagem; Alimentos e Bebidas; Serviços Receptivos, Espaços e Equipamentos de Lazer e Visitação. A participação nas qualificações permitirá que as empresas se habilitem a receber o Selo Turismo

Mais Protegido, lançado pelo Governo do Estado com o objetivo de atestar os padrões de qualidade implementados nesses empreendimentos.

Para se inscrever, é preciso ter renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos federais, comprovados por meio de auto declaração, e apresentação de documentos pessoais, como RG, CPF, comprovante de residência e escolaridade. O candidato também deve dispor de computador com acesso à internet, visto que as aulas ocorrerão a distância.

As inscrições seguem até a próxima segunda-feira (14), pelo site rn.senac.br.

Leia também:

Categoria RN Destaques

Advogados de Lula e Witzel, além do ex-advogado de Bolsonaro, são alvos da Operação Lava Jato

Os 3 principais sites sobre aplicativos espões e hacking

Sobre o Autor

Rafael Nicácio

Co-fundador dos canais Portal N10, Jerimum Geek e do Tudo em Dicas. Já trabalhou na Assecom (Assessoria de Comunicação do Governo do Rio Grande do Norte) e na Ascom (Assessoria de Comunicação da UFRN). E-mail pessoal para contato: rafael_nica@hotmail.com

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN

Presidente Marcelo Queiroz grava para o programa InTravel, de divulgação de destinos corporativos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O presidente do **Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz**, participou no final da manhã desta quinta-feira, 10, de uma gravação para o programa InTravel, desenvolvido pela Academia de Viagens Corporativas que tem como foco divulgar destinos, mostrando como os novos protocolos adotados e como a indústria e fornecedores estão se adaptando para atender melhor os turistas. O InTravel é conduzido pela sócia-diretora da Academia de Viagens Corporativas, Viviânne Martins.

O depoimento do presidente **Marcelo Queiroz** irá ao ar em um especial que pretende mostrar o roteiro São Paulo-Natal-Pipa para eventos corporativos. "Foi uma oportunidade para destacarmos a importância do Hotel-Escola Senac **Barreira Roxa** para o turismo, e sua reconhecida excelência na qualificação e capacitação de mão de obra para o segmento no RN, além do fato de termos participado ativamente da construção do Plano de Retomada do Turismo do RN", frisou Queiroz.

O Rio Grande do Norte foi escolhido para ser tema do programa por ser o primeiro estado do país a receber o Travel Safety Stamp, selo de viagem segura criado com o respaldo da Organização Mundial do Turismo (WTTC). Também participaram do encontro a secretária de Turismo do Estado, Aninha Costa; o diretor Regional do Senac, Raniery Pimenta; o gerente geral do Hotel Serhs, Willian Lass; e o vice presidente do Natal Convention Bureau, Leandro Martins.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA

AUXÍLIO EMERGENCIAL TURBINOU VENDA DE ALIMENTOS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRODOMÉSTICOS - Blog de Daltro Emerenciano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

AUXÍLIO EMERGENCIAL TURBINOU VENDA DE ALIMENTOS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E ELETRODOMÉSTICOS

10/09/2020 às 17:35

FOTO ALEX SILVA /ESTADAO

O auxílio emergencial de R\$ 600 pago pelo governo aos trabalhadores informais a partir de abril e o confinamento imposto pela pandemia mudaram os hábitos de consumo dos brasileiros e turbinaram as vendas de alimentos, eletroeletrônicos e materiais de construção. Em julho, por exemplo, apenas quatro segmentos - supermercados, móveis e eletrodomésticos, materiais de construção e farmácias - tiveram avanço no volume de vendas em relação ao período pré-confinamento e auxílio emergencial, segundo Fábio Bentes, economista-chefe da **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**. Os avanços no volume de vendas desses segmentos foram de 9,7%, 17,9%, 14,6% e 7,8%, respectivamente,

segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse aumento da demanda, porém, também teve impacto nos preços de produtos que são ícones desses segmentos. No ano, até agosto, por exemplo, televisores, aparelhos de som e informática ficaram 13,53% mais caros dentro do IPCA, o índice oficial de inflação do País. No mesmo período, o tijolo e o cimento encareceram 16,86% e 10,67%, respectivamente, e o arroz, 19,25%. No caso específico dos alimentos, a alta de preços também teve impulso da valorização do dólar e do aumento das exportações.

O impacto nas vendas, no entanto, deve começar a ser reduzido agora, com a diminuição do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300. Nas contas da **CNC**, R\$ 7,4 bilhões deixarão de ser injetados na massa de rendimentos neste semestre por conta de um auxílio menor. Economistas ouvidos pelo Estadão acreditam que a disponibilidade menor de recursos deve enfraquecer as vendas de eletrodomésticos, eletrônicos e materiais de construção, com impacto menor no consumo de alimento, que é um item essencial.

Fonte: Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Auxílio emergencial turbinou venda de alimentos, materiais de construção e eletrodomésticos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O auxílio emergencial de R\$ 600 pago pelo governo aos trabalhadores informais a partir de abril e o confinamento imposto pela pandemia mudaram os hábitos de consumo dos brasileiros e turbinaram as vendas de alimentos, eletroeletrônicos e materiais de construção. Em julho, por exemplo, apenas quatro segmentos - supermercados, móveis e eletrodomésticos, materiais de construção e farmácias - tiveram avanço no volume de vendas em relação ao período pré-confinamento e auxílio emergencial, segundo Fábio Bentes, economista-chefe da **Confederação Nacional do Comércio (CNC)**. Os avanços no volume de vendas desses segmentos foram de 9,7%, 17,9%, 14,6% e 7,8%, respectivamente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Esse aumento da demanda, porém, também teve impacto nos preços de produtos que são ícones desses segmentos. No ano, até agosto, por exemplo, televisores, aparelhos de som e informática ficaram 13,53% mais caros dentro do IPCA, o índice oficial de

inflação do País. No mesmo período, o tijolo e o cimento encareceram 16,86% e 10,67%, respectivamente, e o arroz, 19,25%. No caso específico dos alimentos, a alta de preços também teve impulso da valorização do dólar e do aumento das exportações.

O impacto nas vendas, no entanto, deve começar a ser reduzido agora, com a diminuição do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300. Nas contas da **CNC**, R\$ 7,4 bilhões deixarão de ser injetados na massa de rendimentos neste semestre por conta de um auxílio menor. Economistas ouvidos pelo Estadão acreditam que a disponibilidade menor de recursos deve enfraquecer as vendas de eletrodomésticos, eletrônicos e materiais de construção, com impacto menor no consumo de alimento, que é um item essencial.

'O auxílio emergencial reduzido não é bom para o comércio e deve dar um empurrão menor para **economia** no quarto trimestre, principalmente', diz Bentes. Ele projetou o impacto do corte de recursos a partir da massa de rendimentos apurada pela Pnad Contínua do IBGE e a correlação desta com o Produto Interno Bruto (PIB).

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, concorda com Bentes. Para ele, a redução do auxílio emergencial deve afetar a demanda por móveis, eletrodomésticos e materiais de construção. No entanto, ele acredita que o padrão básico de consumo de alimentos deve ser mantido por se tratar de item essencial. Bentes espera que a tendência de alta dos preços dos alimentos perca fôlego com avanço da flexibilização do confinamento e não atrapalhe tanto as vendas do setor.

'Com a renda menor, os consumidores devem ficar mais cautelosos e vão focar nos produtos essenciais', afirma Rodolfo Tobler, economista do Instituto Brasileiro de **Economia** (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). A preocupação, segundo ele, é a partir de janeiro de 2021,

quando o auxílio acaba, sem que haja uma recuperação consistente da atividade e do **mercado** de trabalho. 'Até lá, não vejo a atividade aquecida a ponto de as empresas fazerem contratações.'

Hábito

Além do recurso extra do auxílio emergencial que levou às compras a população de menor renda, o confinamento também mudou o hábito de consumo das classes mais abastadas. Fazendo praticamente tudo dentro de casa, do trabalho ao lazer, as pessoas sentiram necessidade de não só de comprar mais alimentos para cozinhar, mas de equipar e reformar a residência.

A consultoria GFK, que monitora as vendas no varejo nacional de eletroeletrônicos, mostra, por exemplo, uma mudança da água para o vinho das vendas desses itens após o início do pagamento do auxílio emergencial. Entre os dias 23 de março e 19 de abril, as vendas de eletroeletrônicos como um todo no varejo caíram 31% em relação a igual período do ano anterior, mas cresceram 38% entre 20 de abril e 17 de agosto. Entre os destaques do período estão celular e smartphone (de -41% para 36%), batedeira (de -22% para 72%), tanquinho (de -52% para 31%), TVs (de -32% para 25%).

De janeiro a agosto, o faturamento dos eletrônicos como um todo no varejo, incluindo o período pré-pandemia, cresceu 19% em relação ao ano passado, aponta a GFK. 'Ninguém esperava esse resultado', afirma Fernando Baialuna, diretor da consultoria. O único ponto de preocupação neste momento, diz, é a disponibilidade de produto. Isso porque muitas fábricas pararam no início do confinamento e houve uma quebra na cadeia de fornecimento, o que poderá se refletir numa oferta menor.

Mesmo com o corte no auxílio emergencial pela metade a partir deste mês, Baialuna acredita em um cenário favorável para o consumo de eletroeletrônicos nos próximos meses. Ele lembra que boa parte dos beneficiários não recebeu a terceira e a quarta parcelas

de R\$ 600. Para essa fatia da população, deve se somar o pagamento de R\$ 300.

Os fabricantes de eletroeletrônicos estão preocupados com o futuro. José Jorge do Nascimento, presidente da Eletros, que reúne as indústrias do setor, acha que, com o corte do auxílio pela metade, o brasileiro vai dar prioridade à compra de alimentos. 'Com a redução do benefício, temo que o consumo de eletrônicos não se sustente daqui para frente', diz o executivo.

Para ele, há risco de que a crise econômica se intensifique, com as empresas encerrando as medidas de garantia de emprego aos funcionários, além do fim dos prazos para o adiamento no pagamento de impostos. Apesar das incertezas, as fábricas do setor estão a todo vapor, muitas ocupando 90% da capacidade de produção para dar conta dos pedidos. Nascimento destaca a forte procura por eletroportáteis, nesse período de pandemia. O segmento teve melhor desempenho entre os demais por ter itens de menor valor e também de primeira necessidade para resolver problemas de imediatos do confinamento, como corte de cabelo, aspirar o pó da casa, por exemplo.

Puxadinho

Outro setor que foi beneficiado pelo confinamento e pelo auxílio emergencial foi o de materiais de construção. As vendas cresceram 50% no varejo entre o fim de abril e agosto em relação ao mesmo período do ano passado, segundo o presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de construção (Anamaco), Geraldo Defalco. 'Foi espantoso', diz.

Vários fatores levaram a esse desempenho. Um deles foi a licença para reabertura das lojas no final de abril, ao lado de outros segmentos essenciais, como supermercados e farmácias. Com os demais setores sem funcionar, a concorrência foi menor. Além disso, com os taxa de **juros** em queda, o **mercado** de compra e venda de imóveis ganhou impulso e, de quebra, as reformas.

Também ajudou a injeção de recursos do auxílio

emergencial. 'O auxílio emergencial é um dos fatores', diz Defalaco. Ele acredita que as vendas de materiais de construção desacelerem para um crescimento na faixa de 30% até o final do ano, puxado por programas do governo - especialmente o Casa Verde Amarela - e o grande número de lançamentos de empreendimentos.

'O auxílio emergencial ajudou, mas não foi o fator principal para esse desempenho', diz Claudio Conz, presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Material de Construção no Estado de São Paulo (Sincomaco). O que pesou, segundo ele foi que a pandemia colocou milhões de pessoas dentro de casa. 'Em home office, todo mundo precisa fazer um puxadinho.'

Conz acredita que a tendência do consumo é deve ser mantida nos próximos meses, talvez no mesmo patamar, porque é difícil interromper uma reforma. Para o ano, ele projeta crescimento do setor superior a 7% ou 8% em relação a 2019. O presidente do Sincomaco destaca que, com a interrupção na produção de materiais por causa da pandemia e a forte retomada do consumo, o cenário hoje é de falta de produto. 'Temos dificuldade de entrega para quase todos os itens básicos, como cimento, material elétrico.'

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

PF apreende HD com grampos telefônicos de advogados de Lula feitos por Moro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

O advogado Cristiano Zanin Martins defende o ex-presidente Lula O advogado Cristiano Zanin Martins defende o ex-presidente Lula | Geraldo Bubniak//O GLOBO

Durante as buscas feitas nesta quarta-feira (8) no âmbito as operação E\$quema S, que apura desvios do **Sistema S**, a Polícia Federal levou a única cópia que os advogados de Lula tinham dos grampos telefônicos de seus escritórios feitos pela Lava-Jato de Curitiba.

O material, que estava em um HD externo, continha 23 dias de interceptações telefônicas do principal ramal do escritório de Roberto Teixeira e Cristiano Zanin Martins, feitas em 2016, por determinação do então juiz Sergio Moro. Nos áudios, há conversas entre advogados do ex-presidente e também de Zanin Martins com o próprio Lula. Uma delas, inclusive, ocorreu em 16 de março daquele ano, quando Lula foi nomeado ministro da Casa Civil por Dilma Rousseff.

Em 2018, o Tribunal Regional Federal da 4a Região (TRF-4) atendeu a um pedido dos advogados de Lula e determinou a destruição das gravações. A corte também ordenou a exclusão do material do processo, já que os áudios se referiam a terceiros e não aos investigados. Antes de o material ser destruído, a defesa de Lula fez uma cópia do conteúdo. Os grampos estavam guardados na casa de Cristiano Zanin, mas foram levados hoje pelos investigadores.

Bela Megale - O Globo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

ADVOGADO DE LULA COBROU FECOMERCIO POR GASTO EM DEFESA DE EX-PRESIDENTE, INDICAM DOCUMENTOS - Blog de Dalto Emerenciano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O escritório Teixeira & Martins Advogados cobrou da Fecomercio do Rio um gasto feito para atuar na defesa do ex-presidente Lula, indicam documentos da Operação E\$quema S e da Justiça Federal no Distrito Federal.

O departamento financeiro do escritório de advocacia solicitou à entidade reembolso do gasto pela passagem do trecho Brasília-São Paulo de Cristiano Zanin Martins na mesma data em que o advogado esteve na capital federal para uma audiência em processo do petista. Para o Ministério Público Federal, a inclusão da despesa entre as solicitações de reembolso mostra que 'muitas vezes os interesses patrocinados claramente não eram de nenhuma das entidades do **Sistema S**'.

O advogado de Lula nega que a Fecomercio tenha custeado despesas da defesa do ex-presidente. Réus, Zanin e seu sócio Roberto Teixeira são acusados de liderar um suposto esquema de tráfico de influência no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no TCU (Tribunal de Contas da União) com desvio de recursos públicos

do **Sistema S**. Eles foram alvos de mandados de busca e apreensão nesta quarta (9).

A denúncia contra a dupla foi feita a partir da delação de Orlando Diniz, ex-presidente do Sesc/Senac e Fecomercio do Rio de Janeiro. Os investigadores juntaram provas que consideram comprovar as afirmações do colaborador. Diniz afirma que buscou o escritório de Zanin e Teixeira em busca de uma 'solução política' para a disputa jurídica em torno do comando das entidades fluminenses. O escritório de advocacia recebeu R\$ 67,8 milhões de 2012 a 2018, segundo o Ministério Público Federal.

O contrato firmado entre eles previa que, além do pagamento previsto no acordo, a Fecomercio reembolsaria gastos decorrentes da atuação dos advogados em favor da entidade.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA S

Senado aprova auxílio a escolas privadas da educação básica; projeto vai à Câmara



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: glaucialima

Em sessão remota nesta quarta-feira (9), por 75 votos favoráveis e um voto contrário, o Senado aprovou o projeto de lei complementar que cria o Programa Nacional de Auxílio às Instituições de Ensino da Educação Básica (Pronaieeb), com o objetivo de prestar auxílio financeiro às escolas privadas afetadas pela pandemia de covid-19.

O PLP 195/2020, do senador Jorginho Mello (PL-SC), foi relatado pela senadora Daniella Ribeiro (PP-PB), que acatou e apresentou emendas, e agora segue para a Câmara dos Deputados.

Poderão aderir ao Pronaieeb as escolas com ou sem fins lucrativos, adeptas do Simples Nacional, que tiveram receita bruta anual, em 2019, igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões e que tenham interrompido as atividades pela imposição de medidas de isolamento social.

O projeto determina à União o repasse de até R\$ 3

bilhões aos municípios, para aplicação em ações emergenciais de apoio às instituições privadas de ensino básico, com ou sem fins lucrativos. De acordo com a proposta, com o repasse recebido da União, os municípios poderão conceder subsídio mensal, no valor entre R\$ 3 mil e R\$ 10 mil, dependendo do número de alunos matriculados, para manutenção das instituições participantes do programa. Esse subsídio será concedido até o fim da vigência do decreto que declarou o estado de calamidade em decorrência da pandemia de covid-19 (Decreto Legislativo 6, de 2020).

Discussão

Em seu relatório, Daniella Ribeiro destacou que o projeto busca socorrer as escolas de educação básica que foram prejudicadas pela pandemia de coronavírus.

- O projeto é fruto de reuniões virtuais entre vários donos de escola e o Ministério da **Economia**, com o próprio ministro Paulo Guedes. Os proprietários estão vivendo momento difícil com pandemia, evasão escolar e inadimplência. Muitas escolas fecharam e nossa tentativa é fazer com que outras mais não precisem fechar. A lei em que se transformar essa proposição deverá ter vigência imediata - afirmou a relatora.

Daniella Ribeiro acolheu integralmente emenda do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que estabelece uma contrapartida (concessão de bolsa de estudos) para as escolas que receberem subsídios financeiros em apoio ao enfrentamento da crise financeira.

A relatora acolheu parcialmente outras duas emendas. A primeira, do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), prevê que as instituições privadas de ensino terão suspensos os pagamentos dos **tributos** federais ou do Simples Nacional até o dia 31 de dezembro de 2020, assegurado ao final desse prazo o pagamento dos débitos suspensos com **juros** reduzidos, em até 18 parcelas e carência de sei) meses.

A segunda emenda acolhida parcialmente, de autoria da senadora Zenaide Maia (Pros-RN), estabelece que as instituições de educação básica, para fazer jus ao auxílio financeiro proveniente do Pronaieeb, deverão, no prazo de trinta dias a partir da publicação da respectiva lei, atualizar a planilha de custo de que trata a Lei 9.870, de 1999, de forma a refletir os impactos financeiros advindos da suspensão das atividades presenciais em função da pandemia.

Entre os destaques rejeitados pela relatora está a emenda da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), a qual determinava que as instituições de ensino beneficiadas com subsídio mensal não poderiam dispensar, sem justa causa, seus professores. Daniella argumentou que esses profissionais já estão sendo beneficiados por medidas que buscam garantir a adesão e a manutenção dos empregos.

Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) disse que a relatora esforçou-se para construir um texto de entendimento, mas ressaltou que o governo ainda tem algumas restrições em relação ao projeto.

- O governo vai adotar como procedimento [no Senado] o encaminhamento favorável ao projeto. Esse texto ainda será apreciado na Câmara, onde o governo buscará os ajustes que julga pertinentes. O governo admite que o projeto tramite, para a gente sinalizar socorro às escolas do ensino básico, mas não admite estender o benefício às escolas de ensino superior, o que teria implicações relevantes. O meu apelo é que a gente tivesse compreensão de que temos muitas demandas e não temos recursos ilimitados. Estamos já usando contratação de dívida pública para fazer face a todas as demandas que surgem - afirmou Bezerra.

O autor do projeto, senador Jorginho Mello, cobrou urgência na tramitação do projeto na Câmara.

- A gente precisa apurar na Câmara para que chegue em tempo isso. O desespero é muito grande, as escolas estão fechando. Quero pedir urgência urgentíssima a

essa pequena ajuda às escolas - defendeu ele.

Simple Nacional

O projeto aprovado no Senado permite ainda que instituições de ensino possam suspender os contratos de trabalhos (como previsto no Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda criado pela Lei 14.020, de 2020) e prorroga até 31 de dezembro o prazo para pagamento de **tributos** apurados na forma do Simples Nacional relativos às competências de maio a novembro deste ano.

O Simples Nacional é o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Também ficam prorrogadas para 31 de dezembro as datas de vencimento das parcelas de débitos dessas escolas com parcelamento concedido pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pela Receita Federal.

Bolsas e consultoria

As escolas beneficiadas pelo subsídio mensal deverão oferecer bolsas de estudo, em 2022, quando se espera, segundo a relatora, que a situação financeira das escolas já esteja relativamente normalizada. A contrapartida foi sugerida em emenda do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), acatada por Daniella. O texto da senadora determina a garantia de concessão de bolsas em valores correspondentes aos auferidos por pelo menos 5% das matrículas efetivadas.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) poderá prestar consultoria gratuita para auxiliar os gestores a traçar as melhores estratégias na reestruturação das escolas.

Risco de falência

A senadora destaca dados da pesquisa Megatendências - As escolas brasileiras no contexto do coronavírus, realizada pela organização sem fins

lucrativos União pelas Escolas Particulares de Pequeno e Médio Porte em 482 estabelecimentos de educação básica de 83 municípios
(<http://uniaopelasescolas.com.br>).

De acordo com esse levantamento, as escolas privadas perderam em média, até maio de 2020, 52% de suas receitas. Na educação infantil, essa perda foi de 56%. Os atrasos no pagamento de mensalidades chegaram a 17% em abril (antes da pandemia, eram de cerca de 9%) e a perda de alunos àquela época já girava em torno de 10%.

Ainda segundo a pesquisa, entre 30% e 50% das escolas particulares de pequeno e médio porte do Brasil estão sob o risco de falência em razão da pandemia do novo coronavírus, sendo que em 95% dos estabelecimentos já houve o cancelamento de matrículas. 'Os altos índices de inadimplência e evasão, aliados à necessidade de investimentos, com vistas a adaptar a escola ao formato remoto, criaram um cenário que precisa ser olhado com cuidado', afirma Daniella no relatório ao defender o projeto.

Nova adesão

O projeto originalmente abria prazo até este mês (setembro), com possível prorrogação, para nova opção pelo regime tributário do Simples Nacional, na forma a ser regulamentada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), com efeitos a partir do segundo semestre de 2020. No entanto, Daniella retirou essa possibilidade da proposta, afirmando que o assunto está sendo tratado de forma mais ampla e, no seu entender, mais apropriada, em outro projeto de lei complementar: o PLP 96/2020.

Fonte: Agência Senado

O post Senado aprova auxílio a escolas privadas da educação básica; projeto vai à Câmara apareceu primeiro em Gláucia Lima.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro diz à bancada evangélica que deve vetar parte de perdão a igrejas para não cometer crime



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Reprodução

Diante das resistências da equipe econômica ao perdão tributário às igrejas, o presidente Jair Bolsonaro indicou a parlamentares da bancada evangélica que deve vetar um dos dispositivos que anistiam os templos do pagamento de dívidas com a Receita Federal. A anistia de outra parte dos débitos, porém, ainda está na mesa de negociações.

Bolsonaro explicou aos congressistas que até concorda com o perdão e tinha vontade de sancionar porque vê nas igrejas um importante papel social. Mas o presidente ponderou que não tem amparo jurídico e corre risco de cometer crime de responsabilidade, passível de impeachment, caso sancione a proposta aprovada pelo Congresso do jeito que está.

Um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode anistiar as igrejas do pagamento de quase R\$ 1

bilhão em dívidas com a Receita Federal e ainda isentá-las do pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) daqui para frente. A emenda foi proposta pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R. Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, que tem milhões em dívidas com a União.

A costura neste momento é no sentido de vetar a parte que livra as igrejas do pagamento de CSLL, tanto débitos passados quanto cobranças futuras. Mas ainda há pressão para que a área econômica concorde com a anulação de multas e outras cobranças aplicadas por irregularidades na prebenda, como é chamada a remuneração dos pastores e líderes do ministério religioso.

A sinalização do presidente foi dada em reunião nesta quarta-feira, 9, no Palácio do Planalto. Bolsonaro recebeu o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e parlamentares da bancada evangélica. Um deles era o deputado Marco Feliciano (Republicanos-SP), ligado à Igreja Assembleia de Deus.

A equipe econômica recomendou veto total às medidas, mas vem recebendo pedidos do Palácio do Planalto para desistir da recomendação e admitir ao menos o perdão parcial. O presidente, que tem na bancada evangélica um importante pilar de sustentação de seu governo, promoveu o encontro na tentativa de chegar a um meio-termo para o impasse, que se arrasta há anos.

Bolsonaro foi eleito com o apoio de diversas lideranças evangélicas. Embora se declare católico, o presidente tem uma relação próxima a pastores e igrejas evangélicas. A primeira-dama Michelle Bolsonaro é frequentadora da Igreja Atitude, no Rio.

Três integrantes do primeiro escalão do governo são pastores: a ministra Damares Alves (Mulher, Família e

Direitos Humanos) e os ministros André Mendonça (Justiça e Segurança Pública) e Milton Ribeiro (Educação).

A Receita Federal vê por parte das igrejas manobras para burlar a cobrança de **tributos**, inclusive com a distribuição de lucros e remuneração variável a seus integrantes conforme o número de fiéis. As igrejas, por sua vez, alegam que as fiscalizações são indevidas e atuaram, por meio da bancada evangélica, para incluir o perdão num projeto que trata de descontos em precatórios (valores devidos pela União após sentença definitiva na Justiça), sem relação direta com o tema. É esse projeto de lei que agora deve ter alguns dos dispositivos vetados pelo presidente.

O argumento da equipe econômica é que a Constituição prevê imunidade às igrejas apenas na cobrança de impostos. Ou seja, o benefício não inclui contribuições, como é o caso da CSLL ou da contribuição previdenciária. Além disso, não há previsão no Orçamento para conceder perdão aos débitos já acumulados pelos templos religiosos.

A bancada evangélica tem se articulado para incluir, na reforma tributária, a ampliação do alcance de sua imunidade tributária para qualquer cobrança incidente sobre propriedade, renda, bens, serviços, insumos, obras de arte e até operações financeiras (como remessas ao exterior). A avaliação de tributaristas, no entanto, é que a medida não daria às igrejas salvo-conduto para continuar driblando a fiscalização para distribuir lucros disfarçados de renda isenta.

Caso sancione o perdão bilionário às igrejas, o presidente corre o risco de carimbar um selo de 'irregularidade' na análise de suas contas de governo, como mostrou o Estadão/Broadcast. Sozinha, uma irregularidade é uma 'mancha' nas contas, mas o parecer é conclusivo a partir do conjunto da obra, ou seja, o quão grave é o conjunto de eventuais irregularidades constatadas pelos auditores.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem feito reiteradas recomendações e alertas sobre a

necessidade de mensurar o impacto de medidas aprovadas no Congresso, independentemente de ser iniciativa do Executivo ou dos próprios parlamentares.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Emissão de notas fiscais já está acima de 2019, diz secretário do Tesouro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, indicou um quadro de estabilização e melhora da **economia** após a crise causada pelo novo coronavírus. Em entrevista ao canal de notícias GloboNews, Funchal afirmou que a arrecadação do ICMS em julho e agosto "empata" com a do mesmo período do último ano e que a emissão de notas fiscais superou os valores de 2019.

Segundo o secretário, os setores de consumo e indústria têm tido uma recuperação mais ágil no País. A exceção, conforme ele, é o setor de serviços. De acordo com o secretário, o déficit primário para 2020 deve chegar a 12% do Produto Interno Bruto (PIB).

Bruno Funchal afirmou, ainda, que as discussões da equipe econômica do governo federal vão na direção de abrir espaço no orçamento para bancar o Renda Brasil por meio da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo. Ele disse que outras medidas são importantes, mas que a criação do novo programa de transferência de renda depende de reduzir as despesas do Executivo.

"A reforma administrativa não tem impacto fiscal de curto prazo, para avançar, discutir Renda Brasil, a gente precisa abrir espaço do lado das despesas, por causa da nossa cláusula pétrea que é o cumprimento do teto de gastos", disse. "Temos que avançar com uma pauta para controle de despesas no curto prazo." Mesmo assim, Funchal disse que uma proposta como a da Reforma Administrativa tem potencial de impactar na curva de **juros**, por melhorar a visão sobre a trajetória da dívida.

Estadão Conteúdo

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

DÉCIMO TERCEIRO DE 2020 SERÁ REDUZIDO PARA ALGUNS TRABALHADORES - Blog de Dalto Emerenciano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Desde a aprovação da Consolidação das Leis trabalhistas (CLT), o 13º **salário** é um direito garantido pelas normas de trabalho. Nesse ano de tantas mudanças, jornadas reduzidas, férias antecipadas, home office, etc. os trabalhadores de carteira assinada afetados pela MP 936 enfrentarão alterações no cálculo do tão esperado décimo terceiro, que já faz parte do orçamento dos cidadãos brasileiros.

De acordo com Daniel Carvalho, sócio e contador da Rui Cadete Consultores, os funcionários que tiveram suspensão de contrato ou que terão redução no mês de dezembro poderão ter seu benefício diminuído até pela metade. 'O cálculo do 13º **salário** conta o valor do **salário** do mês no qual o benefício será recebido pelo trabalhador, essa quantia dividida por 12 e multiplicada pelo número de meses em que o funcionário trabalhou por mais de 15 dias', explica.

A grande diferença para 2020, é que os meses em que o contrato foi suspenso, devido a pandemia, ficarão de fora desses cálculos. Com isso, segundo Dados do

Ministério da **Economia**, mais de sete milhões de trabalhadores terão redução em seus décimos terceiros.

'Outro direito do trabalhador que foi afetado com essa medida é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso porque as empresas, que suspenderam os contratos, não foram obrigadas a contribuir com o pagamento proporcional do FGTS referentes a esse período, atingindo um saldo menor ao final do ano', alerta Daniel Carvalho.

É importante destacar ainda que quem tirar férias durante esse período de redução também terá o adicional de férias reduzido. Por isso, os trabalhadores precisam estar por dentro dessas mudanças para não serem surpreendidos ao final do ano e poderem cumprir seus planejamentos financeiros com base nessas mudanças.

Deixe uma resposta

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Zerar tarifa de importação do arroz não vai alterar preço ao consumidor, diz produtor



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente da Câmara Setorial do Arroz do Ministério da Agricultura, Daire Paiva Coutinho Neto acredita que o fato de o governo ter zerado a tarifa de importação de arroz para países de fora do Mercosul 'não deve alterar muito os preços para o consumidor final'. Segundo Neto, medida não vai trazer nenhum benefício imediato. As informações são do Estadão.

'A safra norte-americana está atrasada e o arroz da Ásia não vai chegar aqui mais barato do que o nosso, já que os preços externos também estão altos', disse Coutinho Neto, que é produtor de arroz em Camaquã (RS).

Assim, para ele, a isenção da Tarifa Externa Comum (TEC), que antes era de 12%, 'não é tão significativa e não trará diferença muito grande ao preço arroz para o consumidor final'.

Na quarta-feira, 9, o Ministério da **Economia** confirmou que o Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu zerar a alíquota do imposto de importação para o arroz em casca e

beneficiado até 31 de dezembro deste ano, em função das fortes altas de preço do produto para o consumidor e dos baixos estoques internos do cereal.

A isenção abrange uma cota de 400 mil toneladas e valerá para arroz com casca não parboilizado arroz semibranqueado ou branqueado, não parboilizado. Até essa decisão, a cota de importação de arroz para países de fora do Mercosul era de 12%.

Coutinho Neto disse que na semana passada a Câmara Setorial do Arroz já havia se decidido, por 16 votos a 6, contra a redução da tarifa de importação, 'por todos esses motivos (acima)'. 'Além disso, há o receio de que essa medida interfira nos preços do arroz para a próxima safra, que começa a ser plantada neste mês.' Ele se diz aliviado, entretanto, porque o governo definiu que a isenção tarifária será apenas até 31 de dezembro.

O representante disse também que a 'tempestade perfeita' vivida pelo setor arrozeiro neste ano, com dólar valorizado, **mercado** interno aquecido para o grão, preços altos no **mercado** internacional - que estimulou exportações - e estoques baixos de passagem é 'exceção'. 'Por pelo menos dez anos o produtor vem sofrendo prejuízos significativos; nas últimas cinco safras os preços recebidos vieram abaixo dos custos', afirmou. 'Isso fez, naturalmente, com que muitos se sentissem desestimulados a continuar com o arroz e partissem para a soja, que remunera mais.'

Coutinho Júnior comenta que, em Camaquã, pelo menos 20% da área de arroz foi convertida para soja nos últimos anos, saindo de 40 mil hectares para cerca de 30 mil hectares atualmente. Entretanto, na próxima safra, 2020/21, a área deve ser mantida, em função dos altos preços pagos atualmente pela saca, que giram em torno de R\$ 110 para o produtor, ante R\$ 50/saca em igual período do ano passado. 'Este valor (de R\$ 50) não cobria sequer os custos de produção, que atualmente estão por volta de R\$ 65/saca', disse.

Em relação à alta de preços do arroz para o consumidor, Coutinho Neto diz que o produtor de arroz não tem se beneficiado diretamente disso. 'A maior parte do cereal disponível hoje já está na mão da indústria, que pagou lá atrás para o rizicultor o valor de R\$ 50 por saca', afirmou o representante da Câmara Setorial. 'O produtor sempre tem de antecipar vendas para adquirir insumos e vendeu pelos R\$ 50/saca, ou seja, ficou no prejuízo porque este preço não cobriu custos de produção.'

Para ele, uma política errática para a cultura do arroz, 'que vem de anos', não deve ser resolvida de imediato. 'Nós vínhamos alertando há anos que um momento como esses (de forte alta de preços) poderia chegar', disse. 'E chegou, infelizmente, de uma forma mais significativa, dando um susto tanto no governo quanto no consumidor, inclusive porque as pessoas, na pandemia, passaram a consumir mais arroz porque estão em casa, cozinhando mais.'

Segundo ele, uma solução seria criar políticas públicas para reduzir o custo da lavoura de arroz, que é 100% irrigada no Sul do País, além de ampliar linhas de crédito e mudar a tributação da cultura. 'Tínhamos, na década de 1990, 90% das lavouras de arroz financiadas com crédito oficial (a **juros** subsidiados). Hoje esse percentual não chega a 25%', citou. 'O produtor foi tirado do crédito oficial justamente porque inúmeras vezes teve de renegociar suas dívidas, em função dos baixos preços recebidos.'

*Com informações do Estadão

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Parte do perdão a igrejas deve ser vetada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Diante das resistências da equipe econômica ao perdão tributário às igrejas, o presidente Jair Bolsonaro indicou a parlamentares da bancada evangélica que deve vetar um dos dispositivos que anistiam os templos do pagamento de dívidas com a Receita Federal, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A anistia de outra parte dos débitos, porém, ainda está na mesa de negociações.

Bolsonaro explicou aos congressistas que até concorda com o perdão e tinha vontade de sancionar porque vê nas igrejas um importante papel social. Mas o presidente ponderou que não tem amparo jurídico e corre risco de cometer crime de responsabilidade, passível de impeachment, caso sancione a proposta aprovada pelo Congresso do jeito que está.

Como revelou o Estadão/Broadcast, um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode anistiar as igrejas do pagamento de quase R\$ 1 bilhão em dívidas com a Receita Federal e ainda isentá-las do pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) daqui para frente. A emenda foi proposta pelo deputado David Soares (DEM-SP), filho do missionário R. R.

Soares, fundador da Igreja Internacional da Graça de Deus, que tem milhões em dívidas com a União.

A costura neste momento é no sentido de vetar a parte que livra as igrejas do pagamento de CSLL, tanto débitos passados quanto cobranças futuras. Mas ainda há pressão para que a área econômica concorde com a anulação de multas e outras cobranças aplicadas por irregularidades na prebenda, como é chamada a remuneração dos pastores e líderes do ministério religioso.

A sinalização do presidente foi dada em reunião ontem no Palácio do Planalto. Bolsonaro recebeu o ministro da **Economia**, Paulo Guedes, o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e parlamentares da bancada evangélica. Um deles era o deputado Marco Feliciano (Republicanos-SP), ligado à Igreja Assembleia de Deus.

A equipe econômica recomendou veto total às medidas, mas vem recebendo pedidos do Palácio do Planalto para desistir da recomendação e admitir ao menos o perdão parcial. O presidente, que tem na bancada evangélica um importante pilar de sustentação de seu governo, promoveu o encontro na tentativa de chegar a um meio-termo para o impasse, que se arrasta há anos.

Apoio

Bolsonaro foi eleito com o apoio de diversas lideranças evangélicas. Embora se declare católico, o presidente tem uma relação próxima a pastores e igrejas evangélicas. A primeira-dama Michelle Bolsonaro é frequentadora da Igreja Atitude, no Rio.

Três integrantes do primeiro escalão do governo são pastores: a ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) e os ministros André Mendonça (Justiça e Segurança Pública) e Milton Ribeiro (Educação).

A Receita Federal vê por parte das igrejas manobras

ECONOMIA

para burlar a cobrança de **tributos**, inclusive com a distribuição de lucros e remuneração variável a seus integrantes conforme o número de fiéis. As igrejas, por sua vez, alegam que as fiscalizações são indevidas e atuaram, por meio da bancada evangélica, para incluir o perdão num projeto que trata de descontos em precatórios (valores devidos pela União após sentença definitiva na Justiça), sem relação direta com o tema. É esse projeto de lei que agora deve ter alguns dos dispositivos vetados pelo presidente.

O argumento da equipe econômica é que a Constituição prevê imunidade às igrejas apenas na cobrança de impostos. Ou seja, o benefício não inclui contribuições, como é o caso da CSLL ou da contribuição previdenciária. Além disso, não há previsão no Orçamento para conceder perdão aos débitos já acumulados pelos templos religiosos.

A bancada evangélica tem se articulado para incluir, na reforma tributária, a ampliação do alcance de sua imunidade tributária para qualquer cobrança incidente sobre propriedade, renda, bens, serviços, insumos, obras de arte e até operações financeiras (como remessas ao exterior). A avaliação de tributaristas, no entanto, é que a medida não daria às igrejas salvo-conduto para continuar driblando a fiscalização para distribuir lucros disfarçados de renda isenta.

Caso sancione o perdão bilionário às igrejas, o presidente corre o risco de carimbar um selo de "irregularidade" na análise de suas contas de governo, como mostrou o Estadão/Broadcast. Sozinha, uma irregularidade é uma "mancha" nas contas, mas o parecer é conclusivo a partir do conjunto da obra, ou seja, o quão grave é o conjunto de eventuais irregularidades constatadas pelos auditores.

O Tribunal de Contas da União (TCU) tem feito reiteradas recomendações e alertas sobre a necessidade de mensurar o impacto de medidas aprovadas no Congresso, independentemente de ser iniciativa do Executivo ou dos próprios parlamentares.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -

PF realiza nova etapa da Lava Jato na sede da Petrobras, no RJ - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Polícia Federal realiza nesta quinta-feira (10) a 74ª fase da Operação Lava Jato. A operação foi batizada de Sovrapprezzo, que significa 'sobrepço' em italiano. A ação é um desdobramento da 71ª fase, chamada Disfarces de Mamon.

São cumpridos 25 mandados de busca e apreensão no Rio de Janeiro e em São Paulo - 6 na cidade de São Paulo, 3 em Teresópolis, no RJ, e 16 na cidade do Rio. Não há mandados de prisão.

No Rio, um dos alvos é a sede da Petrobras, no Centro da capital fluminense. Os agentes chegaram ao prédio em dois carros descaracterizados e entraram no local por volta de 6h15. Eles buscam HDs, documentos e computadores de funcionários da estatal.

A Justiça determinou o bloqueio de ativos financeiros dos investigados em contas no Brasil e no exterior, até o limite de R\$ 97,65 milhões.

Os mandados foram expedidos pela Justiça Federal do

Paraná. A operação acontece um dia depois de a Procuradoria-Geral da República (PGR) prorrogar a força-tarefa de Curitiba até janeiro de 2021.

A operação tem como objetivo aprofundar as investigações de um esquema de prováveis fraudes em operações de câmbio comercial contratadas pela Petrobras com um banco de São Paulo. As transações de compra e venda de moeda estrangeira totalizariam mais de R\$ 7 bilhões entre 2008 e 2011.

O esquema consistiria em sobretaxar as operações acima dos valores de **mercado** para inflar o lucro do banco, mediante possível pagamento de propina para operadores da empresa pública que seriam divididos com empregados da instituição financeira em troca do direcionamento dos negócios cambiais para o referido banco.

Estima-se que o prejuízo para os cofres públicos pode chegar a mais de US\$ 18 milhões.

As investigações visam ainda a comprovar a prática de lavagem de dinheiro através de movimentação de valores no Brasil e no exterior, mediante o uso de off shores, subfaturamento na aquisição de imóveis e negócios, interposição de pessoas em movimentações de capitais, utilização de contratos fictícios de prestação de serviços firmados entre o banco e empresas dos colaboradores envolvidos, assim como o grau do vínculo associativo mantido por todos.

São investigados os crimes de corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro e associação ou organização criminosa.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

DIVÓRCIO DE DESEMBARGADOR DE MT EXPÕE FORTUNA AVALIADA EM R\$ 18 MILHÕES - Blog de Daltro Emerenciano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O processo de divórcio do desembargador Dirceu dos Santos, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), revelou um patrimônio pessoal que a sua ex-mulher, a servidora pública Márcia Amâncio de Souza da Silva, avaliou preliminarmente nos autos em R\$ 18 milhões.

A cifra representa 360 vezes mais que o valor líquido médio de R\$ 50 mil que o desembargador recebeu por mês desde dezembro de 2017, quando o TJMT adotou a prática de fazer o pagamento de pessoal em duas folhas, uma corrente e outra complementar.

Embora esteja acima do teto do funcionalismo determinado pela Constituição, que é o da remuneração dos ministros do STF (pouco menos de R\$ 40 mil), a prática dos 'supersalários' não é exclusiva do estado de Mato Grosso e é difundida pelo país afora. Alegando que a determinação constitucional requer regulamentação, órgãos públicos de todos os poderes - incluindo o Ministério da **Economia** - a descumprem.

Até a adoção das duas folhas, os proventos líquidos de

Dirceu dos Santos totalizavam perto de R\$ 29 mil. Ou seja, 620 vezes menos do que o patrimônio que a ex-esposa lhe atribui. Considerando 13º **salário**, R\$ 18 milhões é a soma do que é pago em 47 anos e oito meses a alguém na faixa salarial líquida de R\$ 29 mil.

Conforme a ex-mulher, a fortuna de Dirceu dos Santos inclui fazendas, terrenos em condomínios de luxo, apartamentos em áreas nobres de Cuiabá, veículos, investimentos financeiros e uma casa em Winter Garden, cidade da Flórida (Estados Unidos) localizada na região de Orlando.

Congresso em Foco

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Política estadual de fomento à economia Solidária é regulamentada no RN



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A governadora Fátima Bezerra assinou nesta quinta-feira (10) decreto que regulamenta a Lei nº 8.798, de 22 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Estadual de Fomento à **Economia** Popular Solidária e constituiu o Conselho Estadual de **Economia** Popular e Solidária (CEEPS).

"Este Plano não é uma carta de intenções. É uma realidade concretizada através de ações do Governo como estratégias para o desenvolvimento justo e solidário, combatendo a pobreza e promovendo a inclusão social", afirmou a chefe do Executivo estadual.

Fátima Bezerra explicou que a administração estadual já investiu R\$ 11 milhões na **economia** solidária e citou os exemplos recentes da produção de máscaras pelas oficinas de costura no interior, garantindo emprego a mais de 3 mil costureiras. "O Rio Grande do Norte tem, proporcionalmente, o maior programa de produção de máscaras do país com 7 milhões de unidades", ressaltou a governadora, para lembrar também o cumprimento da lei que determina a aquisição de pelo

menos 30% das compras de alimentos para a merenda escolar à agricultura familiar.

Outra iniciativa da gestão estadual junto à **economia** solidária é a aquisição de 200 mil lençóis às cooperativas de confecções para a rede hospitalar pública, no valor de R\$ 730 mil.

"Trago em minha biografia como parlamentar federal a luta pela política nacional da **economia** solidária, reconhecendo essas atividades como política de Estado. Na condição de parlamentar, e agora como Governadora, buscamos avançar cada vez mais trazendo expansão, dignidade e fortalecimento para nossa **economia** solidária", disse Fátima no ato de assinatura do decreto no auditório da Governadoria, em Natal.

O secretário estadual de Gestão de Projetos e Relações Institucionais, Fernando Mineiro, lembrou que foi o autor da Lei que instituiu o Plano, enquanto deputado estadual, e que a regulamentação possibilitará ao Governo melhorar a articulação e o apoio para a organização e produção do setor, além de incentivar a capacitação dos trabalhadores garantindo a aquisição da produção e **mercado** para viabilizar os pequenos empreendedores.

Para o secretário estadual de Saúde, Cipriano Maia, "a produção de forma cooperativa e solidária combate o desemprego e incorpora as pessoas à produção, garantindo a subsistência e o significado da vida".

"O Plano é instrumento de política pública em apoio e reconhecimento à **economia** solidária no RN. Com ele o Governo efetiva diretrizes em apoio e fomento aos empreendimentos coletivos que se organizam para produzir", afirmou a secretária estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Íris Oliveira.

Lidiane Freire, subcoordenadora do programa estadual

de **economia** solidária e presidente do Conselho Estadual de **Economia** Solidária, disse que o Plano é um marco da atual administração "por que fortalece a construção coletiva, organiza o setor fortalecendo segmentos cooperativos, a agricultura familiar, a pesca, o artesanato, pequenas confecções. São 20 iniciativas que precisam acessar mercados".

Controlador Geral do Estado, Pedro Lopes enfatizou que o órgão vai prestar assessoramento e orientação jurídica ao setor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo do RN regulamenta o Plano Estadual de Economia Solidária



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A governadora Fátima Bezerra assinou nesta quinta-feira, 10, decreto que dispõe sobre o Plano Estadual de **Economia** Solidária. O decreto regulamenta a Lei nº 8.798, de 22 de fevereiro de 2006, que instituiu a Política Estadual de Fomento à **Economia** Popular Solidária e constituiu o Conselho Estadual de **Economia** Popular e Solidária (CEEPS). 'Este Plano não é uma carta de intenções. É uma realidade concretizada através de ações do Governo como estratégias para o desenvolvimento justo e solidário, combatendo a pobreza e promovendo a inclusão social', afirmou a chefe do Executivo estadual.

Fátima Bezerra explicou que a administração estadual já investiu R\$ 11 milhões na **economia** solidária e citou os exemplos recentes da produção de máscaras pelas oficinas de costura no interior, garantindo emprego a mais de 3 mil costureiras. 'O Rio Grande do Norte tem, proporcionalmente, o maior programa de produção de máscaras do país com 7 milhões de unidades', ressaltou a governadora, para lembrar também o cumprimento da lei que determina a aquisição de pelo menos 30% das compras de alimentos para a merenda escolar à agricultura familiar.

Outra iniciativa da gestão estadual junto à **economia** solidária é a aquisição de 200 mil lençóis às cooperativas de confecções para a rede hospitalar pública, no valor de R\$ 730 mil. 'Trago em minha biografia como parlamentar federal a luta pela política nacional da **economia** solidária, reconhecendo essas atividades como política de Estado. Na condição de parlamentar, e agora como Governadora, buscamos avançar cada vez mais trazendo expansão, dignidade e fortalecimento para nossa **economia** solidária', disse no ato de assinatura do decreto no auditório da Governadoria, em Natal.

O secretário estadual de Gestão de Projetos e Relações Institucionais, Fernando Mineiro, lembrou que foi o autor da Lei que instituiu o Plano, enquanto deputado estadual, e que a regulamentação possibilitará ao Governo melhorar a articulação e o apoio para a organização e produção do setor, além de incentivar a capacitação dos trabalhadores garantindo a aquisição da produção e **mercado** para viabilizar os pequenos empreendedores. Para o secretário estadual de Saúde, Cipriano Maia, 'a produção de forma cooperativa e solidária combate o desemprego e incorpora as pessoas à produção, garantindo a subsistência e o significado da vida'.

'O Plano é instrumento de política pública em apoio e reconhecimento à **economia** solidária no RN. Com ele o Governo efetiva diretrizes em apoio e fomento aos empreendimentos coletivos que se organizam para produzir', afirmou a secretaria estadual de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Íris Oliveira.

Lidiane Freire, subcoordenadora do programa estadual de **economia** solidária, e presidente do Conselho Estadual de **Economia** Solidária, disse que o Plano é um marco da atual administração 'porque fortalece a construção coletiva, organiza o setor fortalecendo segmentos cooperativos, a agricultura familiar, a pesca, o artesanato, pequenas confecções. São 20 iniciativas que precisam acessar mercados'. Controlador Geral do

Estado, Pedro Lopes enfatizou que o órgão vai prestar assessoramento e orientação jurídica ao setor.

O ato de assinatura do decreto ainda contou com a presença do vice-governador Antenor Roberto, secretários Cipriano Maia (SESAP), Jaime Calado (Desenvolvimento Econômico - SEDEC); Socorro Batista (adjunta do Gabinete Civil - GAC), Laíssa Costa (subsecretária do GAC), Tereza Freire (coordenadora de ações estratégicas e regionais da SESAP), Crispiniano Neto (presidente da Fundação José Augusto - FJA), Márcia Maia (presidente da Agência de Fomento do Estado - AGN); diretor técnico do Sebrae, João Hélio, representante do senador Jean Paul Prates, senadora Zenaide Maia (participação por videoconferência).

Ainda participaram do ato representantes de associações e instituições de pequenos produtores e artesãos: Francisca Eliane - Forum Potiguar de **Economia** Solidária (FPES), Lidiane Freire - Conselho Estadual de **Economia** Solidária, Fátima Torres - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e **Economia** Solidária (UNICAFES), Edilza Siqueira - Federação Norte-rio-grandense dos Artesãos, Rosângela Alves - Incubadora de Iniciativas de Empreendimentos Solidários (INICIES), Denise Momo - Incubadora para o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários do IFRN (IFSOL), Alexandre Pontes - Cooperativa Cacho de Ouro, Ana Paula - Cooperativa de Costureiras e Artesãos de Parnamirim (CCAPAR).

OBJETIVOS

- As ações da Política Estadual de **Economia** Solidária contemplam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) contidos na Agenda 2030 orientadas pelo Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 do Governo do Estado.

- O Plano fortalece a estratégia política para o desenvolvimento com sustentabilidade; também vai promover ações que priorizem a população LGBTQI+, pessoas com deficiência; a igualdade racial e étnica; refugiados, apátridas e migrantes; mulheres e jovens.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Ministra diz que governo tomou medidas para controlar preço do arroz



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou nesta quinta-feira 10 que o governo tomou as medidas necessárias para tentar conter a alta no preço do arroz e evitar um desabastecimento do produto nas prateleiras dos supermercados.

'As medidas que podiam ser tomadas, foram tomadas, para fazer a estabilidade e o equilíbrio para esse produto', disse em um vídeo publicado em suas redes sociais.

'O Brasil abriu mão, tirou a alíquota de importação, para que produto de fora pudesse entrar e trazer um equilíbrio para os preços. Abrimos somente uma cota, porque não temos necessidade de muito arroz, mas isso é uma cota de reserva, para que possamos ter a tranquilidade de que o preço vai voltar, vai ser equilibrado, e que o produto continuará na gôndola para todos os brasileiros', acrescentou.

Taxa de importação

Nesta quarta-feira 9, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), vinculada ao Ministério da **Economia**, decidiu

zerar a alíquota do imposto de importação para o arroz em casca e beneficiado. A isenção tarifária valerá até 31 de dezembro deste ano.

A redução temporária está restrita à cota de 400 mil toneladas, incidente sobre o arroz com casca não parbolizado e arroz semibranqueado ou branqueado, não parbolizado, de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM).

Até então, a Tarifa Externa Comum (TEC) aplicada sobre o produto era de 12%, para o arroz beneficiado, e 10% para o arroz em casca, válida apenas para países de fora do Mercosul. Dentro do bloco econômico regional, que reúne Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, a tarifa é de importação já é zero.

Tailândia e EUA

Mais cedo, em um entrevista para a Rádio Gaúcha, Teresa Cristina comentou que a maior parte do arroz que será importado sem tarifa deve vir da Tailândia e dos Estados Unidos, que produzem o mesmo tipo de produto consumido no Brasil.

Ainda segundo a ministra, no vídeo divulgado em suas redes sociais, o preço do arroz nos últimos anos vinha abaixo do que seria seu valor de **mercado**, por causa de uma queda na produção que afetou o tamanho da área produzida no país.

'No passado, o arroz teve um preço muito baixo, durante muitos anos. Nós tivemos uma queda na área de produção e o arroz, então, hoje, tem um preço mais alto. Mas ele está na prateleira, vai continuar nas prateleiras', afirmou.

Alta nos preços

Desde o início do ano, o preço do arroz acumula alta de mais de 21,2% nas prateleiras, segundo a Associação Paulista de Supermercados (Apas).

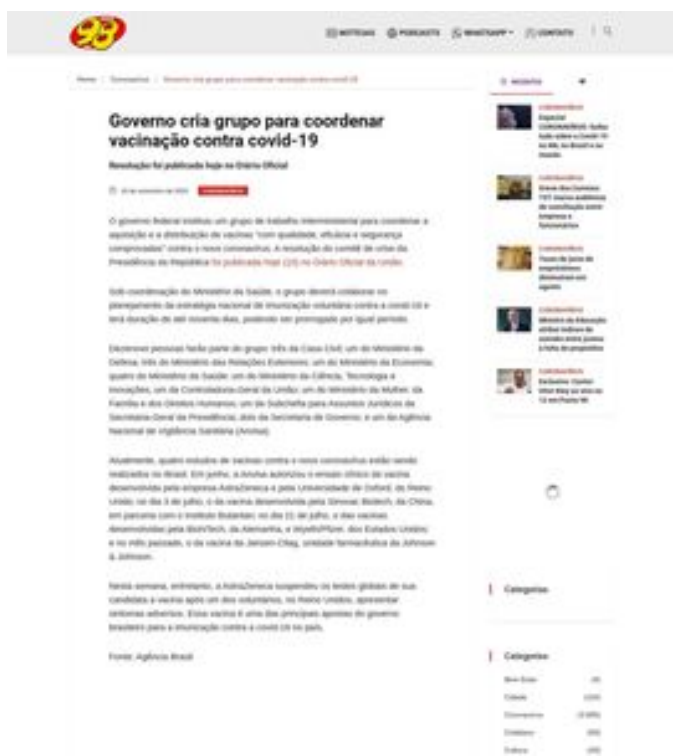
De acordo com o Centro de Estudos Avançados em **Economia** Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), o preço da saca de 50 kg de arroz, vendido pelo produtor, variou mais de 107% nos últimos 12 meses, chegando próximo a R\$ 100.

Os motivos para a alta são uma combinação da valorização do dólar frente ao real, o aumento da exportação e a queda na safra. Em alguns supermercados, o produto, que custava cerca de R\$ 15, no pacote de 5 kg, está sendo vendido por até R\$ 40.

*Com informações da Agência Brasil

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Governo cria grupo para coordenar vacinação contra covid-19 - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo federal instituiu um grupo de trabalho interministerial para coordenar a aquisição e a distribuição de vacinas 'com qualidade, eficácia e segurança comprovadas' contra o novo coronavírus. A resolução do comitê de crise da Presidência da República foi publicada hoje (10) no Diário Oficial da União.

Sob coordenação do Ministério da Saúde, o grupo deverá colaborar no planejamento da estratégia nacional de imunização voluntária contra a covid-19 e terá duração de até noventa dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Dezenove pessoas farão parte do grupo: três da Casa Civil; um do Ministério da Defesa; três do Ministério das Relações Exteriores; um do Ministério da **Economia**; quatro do Ministério da Saúde; um do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; um da Controladoria-Geral da União; um do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; um da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência;

dois da Secretaria de Governo; e um da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Atualmente, quatro estudos de vacinas contra o novo coronavírus estão sendo realizados no Brasil. Em junho, a Anvisa autorizou o ensaio clínico da vacina desenvolvida pela empresa AstraZeneca e pela Universidade de Oxford, do Reino Unido; no dia 3 de julho, o da vacina desenvolvida pela Sinovac Biotech, da China, em parceria com o Instituto Butantan; no dia 21 de julho, o das vacinas desenvolvidas pela BioNTech, da Alemanha, e Wyeth/Pfizer, dos Estados Unidos; e no mês passado, o da vacina da Jansen-Cilag, unidade farmacêutica da Johnson & Johnson.

Nesta semana, entretanto, a AstraZeneca suspendeu os testes globais de sua candidata a vacina após um dos voluntários, no Reino Unido, apresentar sintomas adversos. Essa vacina é uma das principais apostas do governo brasileiro para a imunização contra a covid-19 no país.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Greve dos Correios: TST marca audiência de conciliação entre empresa e funcionários - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), marcou para amanhã (11), às 15h, uma audiência de conciliação sobre a greve dos trabalhadores dos Correios. A audiência será realizada por meio de videoconferência e com participação restrita aos representantes dos sindicatos dos funcionários, da empresa e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Os funcionários da estatal entraram em greve no dia 17 de agosto diante das discussões do novo acordo coletivo.

Segundo a ministra, que é relatora do processo de dissídio, a audiência será uma tentativa de buscar uma solução consensual para o impasse e evitar que o caso seja levado para julgamento na Seção de Dissídios Coletivos.

No mês passado, após fracasso nas primeiras tentativas prévias de conciliação, o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho determinou que o caso seja levado para julgamento. O ministro propôs a manutenção das 79

cláusulas do acordo coletivo assinado no ano passado, com permanência dos atuais benefícios concedidos aos funcionários, mas sem reajuste nas cláusulas econômicas. A proposta foi aceita pelos sindicatos que participam das negociações, mas os Correios se manifestaram somente pela continuidade de nove cláusulas.

De acordo com a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (Fentect), a greve foi deflagrada em protesto contra a proposta de privatização da estatal e pela manutenção de benefícios trabalhistas. Segundo a entidade, foram retiradas 70 cláusulas de direitos em relação ao acordo anterior, como questões envolvendo adicional de risco, licença-maternidade, indenização por morte e auxílio-creche, entre outros benefícios.

Além disso, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o prazo de vigência do acordo coletivo também contribuiu para o impasse. No ano passado, o TST definiu que o acordo seria válido de 1º de agosto de 2019 até 31 de julho de 2021. No entanto, no mês passado, a Corte atendeu a uma liminar dos Correios e definiu que o acordo tem validade somente por um ano e perdeu a validade em agosto.

Após o fracasso das primeiras tentativas de acordo, os Correios declararam que aguardam o julgamento do dissídio no TST e afirmam que o fim da greve é essencial para a população. De acordo com o comunicado, a empresa teve suas receitas impactadas pela pandemia da covid-19 e 'não têm mais como suportar as altas despesas', incluindo benefícios que 'não condizem com a realidade atual de **mercado**'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Taxas de juros de empréstimos diminuíram em agosto - Rádio 98 FM

Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

uma pessoa física apresentou uma redução de 0,03 ponto percentual no mês (0,65 ponto percentual no ano). O valor corresponde a uma redução de 0,53% no mês (0,70% em doze meses). A variação foi de 5,62% ao mês (92,73% ao ano), em julho, para 5,59% ao mês (92,08% ao ano), em agosto. Trata-se da menor taxa de **juros** registrada desde novembro de 2013.

Já a taxa de **juros** para pessoa jurídica foi reduzida em 0,04 ponto percentual no mês (0,66 ponto percentual no ano), correspondente a uma redução de 1,35% no mês (1,57% em doze meses). Em julho de 2020, era de 2,97% ao mês (42,08% ao ano), caindo para 2,93% ao mês (41,42% ao ano) em agosto, quando atingiu o menor nível da série histórica.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Balanço produzido pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) indica que as taxas de **juros** de operações de crédito apresentaram queda, em agosto. Os principais fatores atribuídos à redução são a diminuição da taxa básica de **juros** (Selic) e a redução de depósitos compulsórios.

Segundo o diretor executivo Miguel Ribeiro de Oliveira, que assina o relatório, também é possível relacionar o cenário a aportes destinados pelo governo federal para o pagamento de folhas de empresas de pequeno e médio portes. Ele ainda destaca a renegociação de dívidas com **juros** menores e a redução de **juros** para não agravar ainda mais o quadro de inadimplência e solvência das empresas e pessoas físicas.

Entre março de 2013 e agosto de 2020, constatou-se uma redução da Selic da ordem de 5,5 pontos percentuais (redução de 72,41%). A taxa passou de 7,25% ao ano, em abril de 2013, para 2% ao ano, em agosto de 2020.

De acordo com a análise, a taxa de **juros** média para

Reitor do IFRN revoga compra de notebooks - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Após recomendação do Ministério Público Federal (MPF), o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN (IFRN), Josué de Oliveira Moreira, revogou o processo de compra de 20 Macbooks i5 13?, que seriam destinados à equipe de gestão. O MPF observou que há outros computadores com qualidade similar e preços menores que os R\$ 12.700 previstos para esse modelo.

A recomendação, de autoria do procurador da República Kleber Martins, indicava a necessidade de o instituto abranger um maior número de marcas e modelos disponíveis no **mercado**, ampliando o objeto da compra e buscando a melhor relação custo-benefício. Uma análise da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Ctic) da Procuradoria da República no RN apontou a existência de computadores com configurações muito próximas ou mesmo superiores em diversos quesitos (para a finalidade pretendida) e a preços bem menores.

'Apesar de ser um aparelho muito bom e ter uma performance ótima, a relação custo-benefício é questionável, sobretudo para uma utilização básica.

Quando comparado com outros notebooks equipados com o Windows e configuração e material similares, não percebemos vantajosidade na escolha pelo equipamento da Apple para uma utilização administrativa', apontou o relatório.

O representante do MPF ressaltou que o IFRN, como instituição pública, precisa levar em conta os princípios constitucionais da eficiência e da economicidade, 'a fim de evitar questionamentos e mesmo ações judiciais atribuindo a pecha de ilegalidade aos atos'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dados de junho e julho mostram retomada em V na indústria e comércio, comemora Ministério da Economia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Marcela Ayres

A Secretaria de Política Econômica do Ministério da **Economia** avaliou nesta quinta-feira que os dados de atividade de junho e julho mostram rápida recuperação da **economia**, com o desempenho de indústria e comércio confirmando a retomada em V.

Segundo a secretária, os bons resultados vistos recentemente podem ser explicados pelas políticas do governo federal de proteção ao emprego formal e concessão do auxílio emergencial em meio à pandemia de coronavírus. Os dados 'indicam forte recuperação da atividade no começo do terceiro trimestre', complementou.

A leitura veio após o IBGE divulgar mais cedo que as vendas no varejo tiveram em julho alta de 5,2% na comparação com o mês anterior, bem acima da alta de 1,2% estimada pelo **mercado**, segundo pesquisa

Reuters.

A SPE chamou a atenção para as vendas em V -rápida ascensão após queda abrupta- em materiais de construção, fármacos e eletrodomésticos. E destacou que o volume de vendas no comércio em julho ficou 5,3% acima do nível de fevereiro, com alta de 5,5% sobre igual mês do ano passado.

'O desempenho de diversos setores está acima do verificado em fevereiro deste ano, mês anterior à pandemia. Deve-se salientar também que os resultados dos últimos meses excedem os maiores valores históricos da série divulgada pelo IBGE', afirmou.

Em relatório nesta quinta-feira o UBS também avaliou que os dados do varejo indicam retomada em V, creditada principalmente à elevação da demanda após a forte injeção de recursos do governo com o auxílio a informais e vulneráveis.

O banco projeta uma alta de 9% para o Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre, seguida por um desempenho menor nos últimos três meses do ano. Com isso, o PIB em 2020 sofreria retração de 4,5%, subindo 3% em 2021.

A expectativa do governo, por ora, é de recuo de 4,7% do PIB neste ano e avanço de 3,2% no próximo. Recentemente, contudo, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que as estimativas para a **economia** em 2020 seriam revisadas após avaliação de que o pior teria ficado para trás.

SERVIÇOS

Em sua nota, a SPE reconheceu que a performance do setor de serviços não tem sido comparável à da indústria e comércio.

'A recuperação desde o vale, em maio, foi de 5,0%, ou

seja, para retomar o nível anterior à pandemia, a PMS (Pesquisa Mensal de Serviços) ainda terá que crescer 17,0%', disse.

'Diversos segmentos como restaurantes, alojamento e transportes foram severamente abalados pelas medidas de distanciamento social. No entanto, indicadores de alta frequência mostram que o setor segue sua trajetória de recuperação e as expectativas indicam que haverá um bom desempenho no último trimestre deste ano', acrescentou.

A SPE também reforçou que, independentemente dos dados positivos, é necessário retomar a agenda de reformas e consolidação fiscal, 'de modo que a recuperação pujante da **economia** seja firmada'.

Nesse sentido, a secretaria citou como importantes as medidas ainda em tramitação no Congresso para modernização da lei de falências, para o setor de gás e para estímulo ao transporte por cabotagem.

Reuters

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Seminário debate mercado audiovisual



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O segmento de vídeo e cinema passa por um de seus períodos mais criativos em território potiguar, e cresce o interesse pelas questões mercadológicas dessa área. É o que vai abordar a 2ª edição do Seminário Audiovisual & Mercado, que será realizada de 15 a 17 de setembro, pela primeira em formato virtual. O evento online contará com uma série de webnários conduzidos por realizadores potiguares e profissionais do **mercado** nacional, promovendo um ambiente de diálogos e reflexões. A venda de acessos está sendo feita pela plataforma Sympla. O evento é uma iniciativa do Festival Goiamum Audiovisual.

A programação contará com duas atividades por dia e abordará diversos temas relevantes para o **mercado**. No primeiro dia o tema 'InnSaei.TV - Desmistificando a plataforma streaming', será abordado pela palestrante Bia Ambrogi (SP), jornalista e produtora executiva que já assinou a supervisão de pós produção de grandes produções nacionais, como 'Tropa de Elite' e 'Dois Filhos de Francisco'. Na segunda atividade, o tema 'Cultura pós e durante a pandemia' será abordado pela palestrante Ana Carla Fonseca Reis (SP), administradora pública e economista, autora de livros

premiados sobre **economia** e urbanismo.

O segundo dia de programação contará com a atividade 'Narrativas Contemporâneas - Versatilidades e desafios na realização de curtas-metragens no Brasil', com William Hinestrosa (SP), pesquisador de talentos e um dos criadores na área de entretenimento da TV Globo; já trabalhou também na seleção do festival de curtas Kinoforum. Terá ainda 'O projeto como peça-chave na realização de uma obra audiovisual', com Vânia Lima (BA), diretora que atua em projetos audiovisuais que buscam reconhecer identidades e culturas do povo brasileiro.

O terceiro e último dia do evento contará com a atividade 'Desafios do **mercado** audiovisual no contexto da pandemia e do ambiente político institucional', com Alfredo Manevy (SP), que foi presidente da SPcine, secretário executivo e secretário de políticas culturais do Ministério da Cultura, além de secretário-adjunto da cultura de São Paulo. Finalizando com a atividade 'A importância do audiovisual para a música', com Ricardo Lago (RN), roteirista e diretor de videocliques, proprietário da Dronando Filmes, uma das maiores produtoras de clipes e DVDs do Nordeste, que atua principalmente no forró e sertanejo, e já produziu conteúdos que somam mais de meio bilhão de visualizações no YouTube.

Serviço:

II Seminário Audiovisual & Mercado.

De 15 a 17 de setembro.

As inscrições podem ser feitas através do site ou aplicativo Sympla.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

"Vão pedir auxílio para quem tirou seu emprego", diz Bolsonaro



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O presidente Jair Bolsonaro voltou a tocar no assunto do auxílio emergencial nesta quinta-feira (10/09) durante live nas redes sociais. Além de afirmar que não prorrogará mais a medida após o final de 2020, Bolsonaro pediu que a população agora 'peça o auxílio' para governadores e prefeitos, que adotaram o isolamento e medidas de restrição.

'Se não trabalhar, não come, não é isso? A gente lamenta, eram três meses, nós prorrogamos para mais dois, cinco meses, e agora acabou. Criamos um outro auxílio emergencial, não mais de R\$ 600, mas de R\$ 300. Não é porque quero pagar menos não. É porque o Brasil não tem como se endividar mais. Não vai ter uma nova prorrogação porque o endividamento cresce muito, o Brasil perde muito, perde confiança, **juros** podem crescer, pode voltar a inflação. E a gente, eu não quero culpar ninguém não, mas vão pedir auxílio para quem tirou seu emprego, para quem falou 'fique em casa'. O Brasil todo parou. 'Fique em casa, a **economia** a gente vê depois'. Chegou o boleto para pagar a conta aí', disse.

Bolsonaro também comentou sobre o Renda Brasil,

programa que substituirá o Bolsa Família. Uma das opções da equipe econômica era extinguir o seguro-defeso, mas o presidente rejeitou a ideia.

'A questão do Renda Brasil, as pessoas dão ideias, [mas] quem decide na ponta da linha em um programa como esse é o Paulo Guedes e eu, e algumas ideias chegam e são absurdas'.

O governo ainda não sabe de onde virá a verba para custeio das mensalidades.

No último mês, Bolsonaro pediu a suspensão do anúncio da medida porque segundo ele, 'não poderia tirar dos pobres para dar a paupérrimos'. Bolsonaro disse que ouviu propostas de utilizar o abono salarial de trabalhadores como uma das fontes para bancar o programa, mas refutou a ideia e afirmou que não levaria essa discussão ao Congresso. Por isso, deu um prazo maior para que Guedes apresente novas propostas de fontes de recursos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Inflação sob pressão



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz Antônio Felipe

Os preços no atacado têm a maior alta desde 1994 e empurra o IGP-M ao patamar de 4,41% na 1ª prévia de setembro, apura a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A pressão dos preços administrados, dos alimentos e das tarifas é muito forte. As redes de supermercados orientam o consumidor a substituir o arroz pelo macarrão ou outro produto, enquanto os preços estiverem em alta. O RN já é um produtor de arroz vermelho, embora de pequeno porte. Essa atividade, como a do alho, precisa ser estimulada ainda mais.

Desoneração

O governo passa a apoiar a derrubada do veto do próprio presidente Bolsonaro, à desoneração da folha de **salário** de vários setores da **economia** do país. A medida permite a substituição da alíquota de 20% sobre salários por recolhimento de 1% a 4,5% sobre a receita bruta da empresa beneficiada. No RN milhares de empresas serão beneficiadas.

Varejo

As vendas no varejo do Brasil registram o terceiro mês de alta (5,2%) e melhor julho desde 2000 mantendo a expansão desde maio, informa o IBGE. Foi alto o percentual, embora tenha perdido força sobre os ganhos de 13,3% em maio e de 8,5% em junho, quando retornou ao nível pré-pandemia de coronavírus. O comércio varejista está 5,3% acima do nível de fevereiro.

Atividade

O Indicador Ipea aponta crescimento de 5% na demanda por bens industriais em julho. Essa alta de 5,8% no consumo de bens de capital sinaliza recuperação nos investimentos. Na comparação com julho de 2019, o indicador que mede a procura por bens industriais por meio da produção industrial interna não exportada, acrescida das importações, recuou 12,1%.

Pagamento

O que a coluna NEG?CIOS & FINANÇAS já tinha adiantado - da capacidade financeira do Estado em cumprir com o pagamento de **salário** em 2020, inclusive com o 13º-, está confirmado pelo secretário de Planejamento e Finanças, Aldemir Freire. Agora é economizar ainda mais para pagar pelo menos, uma parte do atrasado de 2018. O décimo vai impulsionar as vendas de fim de ano e aumentar a arrecadação.

Aposta na retomada

O País deve ter recuperação em 'V', diz o CEO da Deloitte, Altair Rossato. Para ele, os gestores devem acompanhar de perto o 'pulso' do seu cliente, para ajustar a oferta das empresas às novas demandas na pós-pandemia. Uma pesquisa mostra ainda que na pandemia o Brasil está em 51º de 122 países em índice de recuperação econômica. Faltando cerca de 100 dias para fechar o ano, a recuperação do Brasil deverá acelerar e reduzir as perdas do PIB.

Moedas

O **mercado** viveu ontem um dia de oscilações. O dólar fechou cotado a R\$ 5,319, leve alta de 0,37%. A Bolsa subiu e depois despencou -2,43%, para 98.835 pontos. O preço do barril de petróleo (spot) foi vendido com preço em queda de -0,78% a U\$ 36,99. Os estoques de petróleo crescem acima do esperado, em dois milhões de barris. A Petrobras reduz novamente os preços nas refinarias.

Negociação

A Caixa Econômica lança a campanha 'Você no Azul' de renegociação de dívidas, até 31 de dezembro/2020. Promete desconto para pagamento à vista de até 90% do valor para contratos comerciais em atraso de pessoas físicas e empresas. O público alvo é de clientes com dívidas vencidas no montante entre R\$ 50 e R\$ 5 milhões.

Incentivo

Pesquisa do Sebrae constata que metade dos microempreendedores individuais do país receberam o auxílio emergencial do governo. Do total de 10,7 milhões de empreendedores formais na categoria de MEI atualmente, apenas 12% não se enquadraram nos critérios para o benefício. Mais de cinco milhões de MEIs tiveram acesso ao auxílio.

Ambiente (I)

O acordo União Européia-Mercosul e mais recursos do Fundo Amazônia dependem do Brasil, segundo analistas. Mesmo se o Brasil quisesse fechar um acordo bilateral com a UE, a questão ambiental poderia atrapalhar nas negociações. Diante dos problemas ambientais, o BC decide ampliar o limite de crédito rural para produtores sustentáveis.

Ambiente (II)

A Unilever investe 1 bilhão de euros para eliminar os combustíveis fósseis dos produtos de limpeza e

lavanderia até 2030. O investimento no programa "Futuro Limpo" vai promover o fim do uso de substâncias químicas derivadas de combustíveis fósseis, abrindo novos caminhos para a redução da pegada de carbono da empresa

Clima

A Administração Nacional de Oceanos e Atmosfera dos Estados Unidos confirmou ontem às condições de La Niña para 2020. Segundo o NOAA, essa condição deve permanecer até o Verão no hemisfério sul e o Inverno do hemisfério norte. Ainda de acordo com o relatório, o pico do La Niña vai acontecer entre os meses de novembro e janeiro. Um indicativo de chuvas no Nordeste brasileiro.

Os artigos publicados com assinatura não traduzem, necessariamente, a opinião da TRIBUNA DO NORTE, sendo de responsabilidade total do autor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Conab afirma que preço do arroz deve cair com importação



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Depois de o arroz atingir um pico de inflação, a tendência é de que nas próximas semanas o preço do principal alimento da mesa do brasileiro apresente queda. A avaliação é do presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Guilherme Bastos. Segundo a Conab, órgão do Ministério da Agricultura responsável pela gestão do estoque de alimentos em todo o País, a decisão do governo de zerar a alíquota de importação do arroz deve ter efeito a partir do próximo mês, reduzindo a instabilidade nos preços, que chegaram a subir mais de 100% nos últimos dias.

Créditos: Cadu Rolim/Estadão Conteúdo Expectativa é de que preço do arroz tenha redução a partir das próximas semanas com importação do produto dos EUA e Tailândia

"Acreditamos que a isenção será precificada pelo **mercado** no curto prazo, e cotações seguirão tendência de estabilidade com tendência de queda nas próximas semanas", disse Bastos nesta quinta-feira (10), durante a apresentação do último levantamento da safra 2019/2020.

A Câmara de Comércio Exterior (Camex), do Ministério da **Economia**, anunciou a redução total da alíquota de importação para uma cota de 400 mil toneladas de arroz, até o fim do ano. "A Conab acompanha com muito empenho a evolução dos preços dos produtos da cesta básica e a evolução do índice de inflação dos produtos alimentícios", disse ele. "Acreditamos que preços estão no ponto de máxima, e que no próximo levantamento, o cenário já apresente menor instabilidade dos preços", completou.

Próxima safra

O presidente da Conab disse que, mesmo com uma queda nas cotações, os preços ainda devem se manter atraentes para o produtor e trazer margem de lucratividade.

O órgão estima que a colheita do próximo ano fique no patamar das 12 milhões de toneladas, um aumento anual de 7,2%. A avaliação do órgão é que o chamado "estoque de passagem", ou seja, o acúmulo de alimentos na entressafra, teve início com em nível mais baixo, estimado em 534,2 mil toneladas.

O preço do arroz deve cair no médio prazo em decorrência da busca pelo produto importado. "Historicamente, cotações seguem mais altas no segundo semestre por sazonalidade, porém, como o preço interno já ultrapassa a paridade de importação dos principais mercados produtores, é provável que perca sustentação no médio prazo, pois já há intenso movimento das indústrias de beneficiamento na busca pelo produto no **mercado** internacional", disse ele.

Ele acredita que haverá maior oferta do grão produzido no Brasil. "Mesmo com queda nas cotações, os preços ainda devem se manter remuneradores e trazer margem de lucratividade aos produtores de arroz. Com isso, expectativa é que se estimule aumento da área a ser colhida a partir do início de 2021, invertendo a tendência de queda nos últimos anos."

Importação

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou nesta quinta-feira que o governo tomou as medidas necessárias para tentar conter a alta no preço do arroz e evitar um desabastecimento do produto nas prateleiras dos supermercados. "As medidas que podiam ser tomadas, foram tomadas, para fazer a estabilidade e o equilíbrio para esse produto", disse em um vídeo publicado em suas redes sociais.

Mais cedo, em um entrevista para a Rádio Gaúcha, Teresa Cristina comentou que a maior parte do arroz que será importado sem tarifa deve vir da Tailândia e dos Estados Unidos, que produzem o mesmo tipo de produto consumido no Brasil.

Ainda segundo a ministra, no vídeo divulgado em suas redes sociais, o preço do arroz nos últimos anos vinha abaixo do que seria seu valor de **mercado**, por causa de uma queda na produção que afetou o tamanho da área produzida no país.

"No passado, o arroz teve um preço muito baixo, durante muitos anos. Nós tivemos uma queda na área de produção e o arroz, então, hoje, tem um preço mais alto. Mas ele está na prateleira, vai continuar nas prateleiras", afirmou.

Alta nos preços

Desde o início do ano, o preço do arroz acumula alta de mais de 21,2% nas prateleiras, segundo a Associação Paulista de Supermercados (Apas). De acordo com o Centro de Estudos Avançados em **Economia** Aplicada da Universidade de São Paulo (Cepea/USP), o preço da saca de 50 kg de arroz, vendido pelo produtor, variou mais de 107% nos últimos 12 meses, chegando próximo a R\$ 100.

Os motivos para a alta são uma combinação da valorização do dólar frente ao real, o aumento da exportação e a queda na safra. Em alguns supermercados, o produto, que custava cerca de R\$ 15, no pacote de 5 kg, está sendo vendido por até R\$ 40.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arroz pode chegar a R\$ 30, diz presidente da Associação de Supermercados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apesar da recente alta dos preços do arroz, o presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Ronaldo dos Santos, disse que o custo da matéria-prima ainda não foi repassado integralmente ao consumidor. 'Na média, ainda se acha um arroz top de linha (de 5 quilos) entre R\$ 18 e R\$ 23 nos mercados. Mas se a saca de arroz com casca (do produtor) se mantiver em R\$ 100 durante mais um ou dois meses, vai chegar a mais de R\$ 30 ao consumidor conforme os estoques forem sendo renovados.'

Em janeiro, a saca chegou a custar menos de R\$ 50, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em **Economia** Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo (USP).

Santos participou nesta quinta-feira, 10, de uma reunião promovida pelo Procon-SP com representantes de supermercados, indústria e produção para debater a alta dos alimentos. Houve um consenso de que a alta do preço aconteceu devido ao atual cenário econômico, com a demanda nacional aquecida por causa da

pandemia e a demanda internacional estimulada pela desvalorização do real frente ao dólar. Entretanto, o Procon vai fiscalizar estabelecimentos e, em caso de preços abusivos, autuar o comércio em até R\$ 10 milhões.

Santos não vê, por enquanto, o risco de as prateleiras ficarem desabastecidas. 'Até porque o governo liberou a importação sem a taxa.' Mas ele também não vê uma queda dos preços praticados no curtíssimo prazo. 'Como foi uma conjuntura de **mercado** que levou à elevação do preço, para que haja uma redução no curto prazo é difícil. O que a gente percebe no setor é: quanto maior o preço, menor o consumo. Com o consumo reduzido, isso pode ajudar a reduzir o preço.'

Há uma semana, o presidente Jair Bolsonaro pediu que os donos de supermercados tivessem 'patriotismo' e baixassem os preços. Mas no comércio em geral, conforme Santos explicou, existe o que é conhecido no jargão como 'sensibilidade de preço'. 'Aquele produto que pesa mais e é mais importante, o empresário fica atento à precificação desse produto para não assustar o consumidor. As margens de lucros são menores para não assustar o consumidor, senão a loja lá da esquina pode não praticar o mesmo preço (elevado). É a briga do dia a dia.'

Ele acredita que quando a próxima safra for colhida, em fevereiro de 2021, o preço do arroz possa diminuir. Mas até lá, o **mercado** também depende ainda de outros fatores externos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

"A Potigás vai sobreviver sem a Petrobras", afirma Larissa Dantas - Rádio 98 FM Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Em entrevista ao Repórter 98 desta quinta-feira (10), Larissa Dantas, diretora-presidente da Companhia Potiguar de Gás (Potigás), detalhou que 51% da empresa pertence ao Governo do RN e 49% a Gaspetro (numa união Petrobras e a japonesa Mitsui Gás e Energia, sendo seu quadro societário formado por Petrobras (51% das ações) e Mitsui Gás e Energia (49%).

Segundo Larissa Dantas o **mercado** já tem como certa a saída da Petrobras da Gaspetro aqui e em outros estados. 'Mas a Potigás vem cumprindo seu papel como assessoria técnica da SEDEC-RN, mantendo ambiente positivo para o setor produtivo com preço competitivo do gás. Assim contribuimos com dividendos para o Estado', disse Larissa Dantas, salientando que toda a movimentação da saída da Petrobras do Rio Grande do Norte será acompanhada pelo Governo do RN.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Bolsonaro sobre preço do arroz: 'Não vou interferir no mercado'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rodrigo Freire

Foto: reprodução/YouTube

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse que não irá interferir no **mercado** ao falar sobre o aumento do preço do arroz durante a sua live semanal, realizada na noite de hoje, nas redes sociais.

'Por que aumentou o preço do arroz? Tem mais ou menos 10 anos que [os produtores] têm prejuízo no arroz. Como faz? Posso tabelar? Não pode. Mexe no **mercado** e fica pior. Não vou interferir no **mercado**, tem que valer a lei da oferta e procura', disse Bolsonaro.

'O [ministro da Justiça e Segurança Pública] André Mendonça conversou comigo, como já tinha falado com [o ministro da **Economia**] Paulo Guedes, [a ministra da Agricultura] Teresa Cristina? [queria saber] por que o arroz subiu e o que poderíamos fazer para buscar solução. Ninguém quer tabelar nada, interferir em nada. Isso não existe. Interferindo, o preço fica mais caro no **mercado** negro. Falei com André Mendonça: 'posso botar secretaria nacional da defesa do consumidor para

investigar por que subiu?' Pode. E ponto final', prosseguiu.

O Ministério da **Economia** pediu em ofício que a atuação da pasta da Justiça, ao buscar uma aplicação do Código de Defesa do Consumidor, não resulte em controle de preços ou incompatibilidade com os princípios de **economia** de **mercado**.

O pedido tem como base a iniciativa da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor), do Ministério da Justiça, que notificou ontem a Abras (Associação Brasileira de Supermercados) e representantes de produtores de alimentos sobre a alta dos preços.

'Subiu por causa do auxílio emergencial'

Bolsonaro também justificou o aumento dos preços em produtos da cesta básica em decorrência do auxílio emergencial, dado pelo governo como ajuda durante a pandemia do novo coronavírus.

'Por que subiu de preço? Com auxílio emergencial, a pessoa começou a consumir um pouco mais. Perto de 100 milhões de pessoas. Isso ajudou a desaparecer [produtos] das prateleiras', alegou, sem comprovar com dados.

'O dólar está alto, facilita as exportações também', disse.

O presidente também disse ter conversado com representantes dos supermercados. 'Uma conversa muito saudável, falaram que eles não são os vilões. A margem de lucro será reduzido ao máximo possível.'

UOL

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Portuários do Terminal Salineiro de Areia Branca entram em greve por tempo indeterminado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os funcionários do Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto-Ilha, entraram em greve nesta quinta-feira 10 por tempo indeterminado. Entre as reivindicações dos portuários está a cobrança de uma resposta da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) sobre o futuro arrendamento do terminal. O Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários do estado (Sinporn) estima que mais de 100 funcionários podem ser demitidos após a privatização. O Porto-Ilha foi um dos 11 ativos de infraestrutura de transportes colocados para arrendamento pelo governo federal em junho deste ano.

De acordo com o Ministério da Infraestrutura, a qualificação do projeto de concessão é positiva. 'Esses ativos têm capacidade de atrair investimentos robustos, melhorias na prestação de serviços e geração de empregos', avaliou o ministro Tarcísio Gomes de Freitas. O processo de arrendamento do terminal está previsto para acontecer a partir do segundo trimestre de 2021. Ainda segundo o ministério, os investimentos previstos para o empreendimento serão de R\$ 162

milhões e estima-se a criação de 3.257 empregos gerados ao longo dos 25 anos do contrato de arrendamento, entre diretos, indiretos e efeito-renda.

O presidente do Sinporn, Pablo Barros, disse ao Agora RN que aguarda um posicionamento assertivo da Codern sobre o assunto. 'A tendência é que todos os atuais portuários sejam demitidos com a chegada do arrendatário. Já enviamos ofício com questionamentos pois precisamos de uma definição'. No último dia 20, a direção da Codern afirmou ao Sinporn que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) será a responsável pelo planejamento e realização da licitação.

Além disso, a companhia informou ao sindicato que a probabilidade de contratação de quem hoje opera o terminal só será conhecida após o arrendamento, quando for apresentado o plano executivo pelo novo usuário. Comunicou também que realiza estudos em paralelo sobre uma possível realocação dos funcionários para o porto de Natal ou Maceió (AL), analisando receitas e custos necessários para tal situação.

Em nota enviada ao Agora RN, a Codern lamentou o início da greve e indicou que a diretoria sempre manteve disposição para o diálogo no intuito de evitar a paralisação, a qual se mostra danosa aos interesses da empresa, dos próprios funcionários e, principalmente, da atividade portuária e da **economia** do estado. A companhia 'tomou várias medidas no tocante aos pleitos anteriores, entre elas a implantação de plano de cargos, carreiras e salários, assinaturas de acordo coletivo sem necessidade de dissídio coletivo, dentro de suas possibilidades legais e de competência, observando a limitação financeira'.

Em relação ao arrendamento, a companhia reafirmou que o procedimento está sendo conduzido pela ANTAQ, em conjunto com o poder concedente por meio dos ministérios da Infraestrutura e da **Economia**.

Terminal

Administrado pela União, o Terminal Salineiro de Areia Branca está localizado no Oceano Atlântico, próximo ao litoral potiguar. Foi inaugurado em março de 1974, com a primeira operação em setembro do mesmo ano. O sal movimentado no Porto-Ilha tem como principais destinos o **mercado** internacional e as indústrias de cloro brasileiras. O Rio Grande do Norte é o maior produtor de sal do país e, nesta liderança, o terminal tem grande destaque por escoar a produção do estado.

Demais reivindicações

A greve pauta também o fim de condições precárias de trabalho; pede a exoneração do gerente do Porto-Ilha, Roberto Santoyo, acusado de práticas de assédio moral; demanda o cumprimento das escalas de trabalho previstas no acordo coletivo; requisita o fim da terceirização ilegal de trabalhadores; além de solicitar o fim do cerceamento de acesso aos dirigentes sindicais às instalações da Codern.

A Codern assegura que essas reivindicações são genéricas e sem fundamento. 'Enfatiza-se, ainda, que não existe cerceamento de acesso dos dirigentes sindicais em Areia Branca, o que se faz é o controle de acesso de acordo com o plano de segurança e normas internas, pois se trata de área alfandegada, sendo necessário um procedimento rigoroso de entrada', diz a nota.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Delegados e aliados de Bolsonaro formam palanque de direita conservadora em Natal



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um delegado como candidato a prefeito, outra delegada concorrendo a vice e dois grupos de candidatos a vereador que seguem a cartilha do presidente Jair Bolsonaro mesmo antes das eleições de 2018. Todos de direita, com ideais conservadores e que pregam o combate à corrupção como uma das prioridades de suas atuações na gestão pública.

Assim será formado o palanque de PSL e Progressistas para as eleições deste ano em Natal. Os dois partidos estarão juntos no próximo pleito na capital potiguar. O PSL já fez sua convenção na semana passada e o Progressistas fará a sua no próximo sábado 12, quando será oficializada a união.

Para disputar a Prefeitura, o candidato do grupo será Sérgio Leocádio (PSL). Hoje aposentado, ele serviu à Polícia Civil do Rio Grande do Norte como delegado por mais de 30 anos. Com larga experiência na área de segurança pública, tem no currículo, ainda, uma passagem pela Secretaria de Segurança de Natal e a coordenação do esquema de segurança privada que

atuou em Natal durante a Copa do Mundo Fifa 2014.

Quando foi secretário, Leocádio coordenou a instalação das primeiras câmeras de segurança da cidade e implementou o armamento não letal para a Guarda Municipal. Foi na gestão dele também que foi dado início ao processo de reciclagem dos agentes.

Filiado ao PSL, partido que elegeu Bolsonaro em 2018, Sérgio Leocádio registra que existe a possibilidade de o presidente retornar ao partido, o que ele aprova. 'O PSL é um excelente lugar para o presidente, pois é um partido de direita racional, que não briga por cargos no governo. O PSL é diferenciado, grande, estruturado em todo o território nacional. Tudo de favorável para o nosso presidente Bolsonaro', afirmou Sérgio, ao Agora RN.

Desde 2018, o PSL tem sido um dos partidos que mais crescem no País. A legenda, que elegeu Bolsonaro presidente dois anos atrás, hoje tem 41 deputados federais e a segunda maior fatia do fundo partidário este ano: R\$ 201,1 milhões. A sigla fica atrás apenas do PT, que receberá R\$ 204,6 milhões.

A companheira de chapa de Sérgio Leocádio será a também ex-delegada Deusa Martins (Progressistas). Igualmente experiente na área de segurança, ela tem no currículo passagens por importantes delegacias do Estado, como a de Defesa da Mulher e de Proteção aos Idosos. Ela também coordenou a supervisão das delegacias especiais. Em 31 anos na Polícia Civil do Rio Grande do Norte, onde também atuou como corregedora, nunca respondeu a um processo administrativo.

O partido dela, o Progressistas, tem sido um dos mais fiéis ao presidente Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados e no Senado. Levantamento feito pelo site Congresso em Foco aponta que a legenda tem uma média de quase 70% de adesão às propostas que o

governo apresenta para análise dos deputados e senadores.

Disputa da Câmara

Para disputar vagas na Câmara Municipal, cada partido vai apresentar uma lista de candidatos que, em comum, têm o DNA da direita conservadora. É o caso de Cícero Martins, que lidera a chapa do Progressistas. Aliado de Bolsonaro mesmo antes da campanha presidencial - só deixando o PSL por causa das divergências no fim do ano passado, ele afirma que o palanque que compõe é genuinamente conservador.

'A oportunidade de Natal ter uma prefeitura de direita conservadora e com a cara do bolsonarismo será oferecida. Montamos a maior nominata de vereadores de direita no Progressistas e uma boa nominata no PSL, com o delegado Sérgio Leocádio, além de contarmos com o deputado Beto Rosado, que é aliado de Bolsonaro em Brasília', afirma o vereador, que vai tentar o 2º mandato.

Vereador de Natal Cícero Martins (Progressistas) - Foto: Elpídio Júnior / CMN

Segundo Cícero, os eleitores de Natal precisam investigar a vida dos candidatos e votar em quem tem compromisso com pautas como o combate à corrupção. 'Natal deixou de ser um caso de política e de Justiça e passou a ser um caso de polícia. Basta parar a sangria com o dinheiro público e fazer uma seleção técnica de secretários. Para restante, os delegados têm larga experiência em gestão e saberão conduzir', finalizou o vereador.

No PSL, uma das principais candidatas para a Câmara Municipal é a atual vereadora Professora Eleika Bezerra, que tentará o terceiro mandato. Uma das principais características da parlamentar é a austeridade e a **economia** de recursos públicos.

Desde que chegou à Câmara, em 2013, Eleika já renunciou a quase R\$ 2 milhões entre salários e vantagens de seu gabinete.

Vereadora Professora Eleika Bezerra (PSL) - Foto: Verônica Macedo / CMN

A vereadora doa seu **salário** todos os meses para instituições filantrópicas e, até junho, gastou apenas 43% da verba de gabinete a que tem direito na Câmara Municipal. Foram poupados mais de R\$ 860 mil. O detalhamento de tudo está no site da parlamentar (professoraeleika.com.br), na aba 'Prestação de Contas'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arroz pode chegar a R\$ 30, diz presidente da Associação de Supermercados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Apesar da recente alta dos preços do arroz, o presidente da Associação Paulista de Supermercados (Apas), Ronaldo dos Santos, disse que o custo da matéria-prima ainda não foi repassado integralmente ao consumidor. 'Na média, ainda se acha um arroz top de linha (de 5 quilos) entre R\$ 18 e R\$ 23 nos mercados. Mas se a saca de arroz com casca (do produtor) se mantiver em R\$ 100 durante mais um ou dois meses, vai chegar a mais de R\$ 30 ao consumidor conforme os estoques forem sendo renovados.'

Em janeiro, a saca chegou a custar menos de R\$ 50, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em **Economia** Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo (USP).

Santos participou nesta quinta-feira, 10, de uma reunião promovida pelo Procon-SP com representantes de supermercados, indústria e produção para debater a alta dos alimentos. Houve um consenso de que a alta

do preço aconteceu devido ao atual cenário econômico, com a demanda nacional aquecida por causa da pandemia e a demanda internacional estimulada pela desvalorização do real frente ao dólar. Entretanto, o Procon vai fiscalizar estabelecimentos e, em caso de preços abusivos, autuar o comércio em até R\$ 10 milhões.

Santos não vê, por enquanto, o risco de as prateleiras ficarem desabastecidas. 'Até porque o governo liberou a importação sem a taxa.' Mas ele também não vê uma queda dos preços praticados no curtíssimo prazo. 'Como foi uma conjuntura de **mercado** que levou à elevação do preço, para que haja uma redução no curto prazo é difícil. O que a gente percebe no setor é: quanto maior o preço, menor o consumo. Com o consumo reduzido, isso pode ajudar a reduzir o preço.'

Há uma semana, o presidente Jair Bolsonaro pediu que os donos de supermercados tivessem 'patriotismo' e baixassem os preços. Mas no comércio em geral, conforme Santos explicou, existe o que é conhecido no jargão como 'sensibilidade de preço'. 'Aquele produto que pesa mais e é mais importante, o empresário fica atento à precificação desse produto para não assustar o consumidor. As margens de lucros são menores para não assustar o consumidor, senão a loja lá da esquina pode não praticar o mesmo preço (elevado). É a briga do dia a dia.'

Ele acredita que quando a próxima safra for colhida, em fevereiro de 2021, o preço do arroz possa diminuir. Mas até lá, o **mercado** também depende ainda de outros fatores externos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

De 24 partidos na Câmara, apenas 1 votou contra anistia de dívida bilionária de igrejas



proposta. Dos oito deputados da bancada, apenas Lucas Gonzalez (MG) preferiu se abster.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Roberto

Na votação da emenda que concede anistia em **tributos** a serem pagos por igrejas no país, apenas 1 dos 24 partidos com representação na Câmara votou integralmente contra a proposta. A medida pode ter impacto de R\$ 1 bilhão.

O time do ministro Paulo Guedes (**Economia**) defende que o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) vete a o texto. O presidente tem até esta sexta-feira (11) para tomar uma decisão.

O benefício para as igrejas juntou partidos da direita à esquerda na Câmara. A proposta foi aprovada com 345 votos a favor, 125 contrários e duas abstenções.

O PSOL, que tinha nove deputados presentes na sessão do dia 15 de julho, foi o único a votar de forma unânime contra a medida.

O Novo também votou quase integralmente contra a

Trabalhadores do Terminal Salineiro de Areia Branca decidem entrarem greve



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Trabalhadores do Terminal Salineiro de Areia Branca decidem entrarem greve

PARALISAÇÃO | Trabalhadores cobram da Companhia Docas do Rio Grande do Norte o futuro arrendamento do terminal. Sindicato estima que mais de 100 funcionários podem ser demitidos com início da privatização

de contratação de quem hoje opera o terminal só será conhecida após o arrendamento, quando for apresentado o plano executivo pelo novo usuário. Comunicou também que realiza estudos em paralelo sobre uma possível realocação dos funcionários para o porto de Natal ou Maceió (AL), analisando receitas e custos necessários para tal situação. Em nota enviada ao Agora RN, a Codern lamentou o início da greve e indicou que a diretoria sempre manteve disposição para o diálogo no intuito de evitar a paralisação, a qual se mostra danosa aos interesses da empresa, dos próprios funcionários e, principalmente, da atividade portuária e da **economia** do estado. A companhia 'tomou várias

medidas no tocante aos pleitos anteriores, entre elas a implantação de plano de cargos, carreiras e salários, assinaturas de acordo coletivo sem necessidade de dissídio coletivo, dentro de suas possibilidades legais e de competência, observando a limitação nanceira'. Em relação ao arrendamento, a companhia rearmou que o procedimento está sendo conduzido pela ANTAQ, em conjunto com o poder concedente por meio dos ministérios da Infraestrutura e da **Economia**.

NATHALLYA MACÊDO

O s funcionários do Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto-Ilha, entraram em greve nesta quinta-feira 10 por tempo indeterminado. Entre as reivindicações dos portuários, está a cobrança de uma resposta da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) sobre o futuro arrendamento do terminal. O Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários do estado (Sinporn) estima que mais de 100 funcionários podem ser demitidos após a privatização. O Porto-Ilha foi um dos 11 ativos de infraestrutura de transportes colocados para arrendamento pelo governo federal em junho deste ano. De acordo com o Ministério da Infraestrutura, a quali cação do projeto de concessão é positiva. 'Esses ativos têm capacidade de atrair investimentos robustos, melhorias na prestação de serviços e geração de empregos', avaliou o ministro Tarcísio Gomes de Freitas. O processo de arrendamento do terminal está previsto para acontecer a partir do segundo trimestre de 2021. Ainda segundo o ministério, os investimentos previstos para o empreendimento serão de R\$ 162 milhões e estima-se a criação de 3.257 empregos gerados ao longo dos 25 anos do contrato de arrendamento, entre diretos, indiretos e efeito-renda. O presidente do Sinporn, Pablo Barros, disse ao Agora RN que aguarda um posicionamento assertivo da Codern sobre o assunto. 'A tendência é que todos os atuais portuários sejam demitidos com a chegada do arrendatário. Já enviamos ofício com questionamentos pois precisamos de uma de

nição'. No último dia 20, a direção da Codern a rmou ao Sinporm

DEMAIS REIVINDICAÇÕES

A greve pauta também o fim de condições precárias de trabalho; pede a exoneração do gerente do Porto-Ilha, que é acusado de práticas de assédio moral. Também pedem cumprimento das escalas de trabalho previstas no acordo coletivo, o fim da terceirização ilegal de trabalhadores, além de solicitar o fim do cerceamento de acesso aos dirigentes sindicais. A Codern assegura que essas reivindicações são genéricas e sem fundamento. 'Enfatiza-se, ainda, que não existe cerceamento de acesso dos dirigentes sindicais em Areia Branca, o que se faz é o controle de acesso de acordo com o plano de segurança e normas internas, pois se trata de área alfundegada, sendo necessário um procedimento rigoroso de entrada', diz a nota.

que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) será a responsável pelo planejamento e realização da licitação. Além disso, a companhia informou ao sindicato que a probabilidade

TERMINAL

O Terminal Salineiro de Areia Branca está localizado no Oceano Atlântico, próximo ao litoral potiguar. Foi inaugurado em março de 1974. O sal movimentado no Porto-Ilha tem como principais destinos o **mercado** internacional e as indústrias de cloro brasileiras. O Rio Grande do Norte é o maior produtor de sal do país e, nesta liderança, o terminal tem grande destaque por escoar a produção do Estado.

Conforme o Art. 16 do Provimento 65/2017 do CNJ, ficam o Sr. Olivier Christian Emile Roussel, bem como terceiros eventualmente interessados cientes da tramitação do procedimento acima, podendo manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao

PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ/RN

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO MJS/RN Nº 805.515/2020

Tibau do Sul/RN, 11.09.2020

Edital De Citação - Prazo de 20 (vinte dias) dias A Excelentíssima Senhora Doutora Karyne Chagas De Mendonça Brandão, Juíza de Direito da 11ª Vara Cível desta Comarca de Natal/RN, na forma da lei, etc. Faz Saber a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente fica Citada as pessoas de D & J Potiguar Ltda - Me, Daniel Costa, Maria Elizabete Belo Dos Santos, atualmente em lugar incerto e não sabido, bem como a quem mais interessar possa, por todos os atos e termos da Ação Ordinária, sob nº 0 8 20 40 9- 0 8. 20 1 6. 8. 20. 50 0 1, proposta por Banco Do Brasil S/A em face de D & J Potiguar Ltda - Me, Daniel Costa E Maria Elizabete Belo Dos Santos, em tramitação por este Juízo, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar a defesa que tiver, ciente de que não o fazendo dentro do prazo legal, presumir-se-ão aceitos por verdadeiros os fatos articulados pelo autor na petição inicial. Em caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC). Dado e Passado nesta Cidade de Natal, aos 27 de março de 2020. Eu, Flávio Praxedes da Silva, digitei e conferi. NATAL/RN, 27 de março de 2020. K-11/09

SEXTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2020 |

AQUISIÇÃO APARELHOS TELEFÔNICOS
CELULARES, DESBLOQUEADOS, TIPO
SMARTPHONE, INCLUÍDOS TODOS OS
ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO SEU PLENO

BENEDITO FAGUNDES PEREIRA Notário e
Registrador

pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião. O presente edital contém os requisitos exigidos no citado artigo: (I - o nome e a qualificação completa do requerente; II - a identificação do imóvel usucapiendo com o número da matrícula, quando houver, sua área superficial e eventuais acessões ou benfeitorias nele

existentes; III - os nomes dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados e averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes ou confrontantes de fato com expectativa de domínio; IV - a modalidade de usucapião e o tempo de posse alegado pelo requerente; V - a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.) Tibau do Sul/RN, 11.09.2020

OFÍCIO ÚNICO DE TIBAU DO SUL COMARCA DE GOIANINHA - RN Tabelião Público - Benedito Fagundes Pereira Substituto - Bartolomeu Fagundes Bisneto Substituto - Matheus Oliveira Fagundes Rua Três Poderes, 270 - Loja 02 - Centro. CEP 59.178-000 -

----- O notário e Registrador Público do Cartório Único de Tibau do Sul/RN faz saber, com base no Art. 216-A da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ, que foi protocolizado pedido para reconhecimento extrajudicial de usucapião ordinário. cédula de Identidade nº 003.449.920 - SSP/RN, inscrita no CPF/MF nº 059.862.217-96, e, o Sr. FRANCISCO MAX DE MENDONÇA FELECIANO, português, empresário, casado, portador da cédula de Identidade nº 003.449.921 - SSP/RN, inscrito no CPF/MF nº 059.862.197-08, ambos residentes e domiciliados na Av. das Arvores, nº 5, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, CEP: 59.178-000, que vem através de seu advogado, Dr. José Soares de Miranda Neto, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/RN nº 15.409, com escritório profissional na Av. Prudente de Moraes, 507, sala 901, Ed. Djalma Marinho, Petrópolis, Natal/RN. Área objeto da usucapião: 'terreno urbano localizado em Rua Projetada que dá acesso à Rua Camurim, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, CEP 59.178-000, com 1.498,62m2 (mil quatrocentos e noventa e oito metros e sessenta e dois decímetros quadrados), imóvel com inscrição de nº 1. 0 10 1. 0 3 8. 0 3 0 22 0. 0 0 0 0. 8 e sequencial de nº 1.005563.0 junto a Secretaria de Tributação do Município de Tibau do Sul/RN, CEP: 59.178-000. Tendo as seguintes descrição do perímetro: Ao Norte, do ponto P1 ao P2 com 46,03m,

com o Sr. Washington Barbosa. Do ponto P2 ao P3 com 19,40m, com o Sr. Francisco Canindé Barbosa. Do ponto P3 ao P4 com 23,02m com a Rua Projetada;- ao Leste, do ponto P4 ao P5 com 20,62m, com o Sr. Francisco Canindé Barbosa. Do ponto P5 ao P6 com 10,22, do ponto P6 ao P7 com 20,36 com a Sra. Ana Maria Barbosa;- ao Sul, do ponto P7 ao P8 com 52,64m, com a Rua Projetada;- e, ao Oeste, do ponto P8 ao P1 com 19,13m, com o Sr. Miguel Artur Marinho. Imóvel não registrado no cartório. O valor atribuído a este imóvel é R\$ 27.395,82. Os requerentes alegam o exercício pleno da posse do imóvel há mais de 10 (dez) anos, somadas as posses de seus antecessores.

EDITAL PARA FINS DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO Solicitantes: a Sra. LIGIA MARIA TEIXEIRA DE BRITO FELICIANO, portuguesa, empresária, casada, portadora da

FUNCIONAMENTO. LOCAL DE REALIZAÇÃO: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> Acesso Identificado no link - Acesso Portal de Compras Públicas'. INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11 DE SETEMBRO DE 2020 ÀS 08HS00MIN. FIM DE RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 23 DE SETEMBRO DE 2020 ÀS 10hs00min. INÍCIO DA DISPUTA: 23 DE SETEMBRO DE 2020 ÀS 11hs01min. As especificações estão estabelecidas no Termo de Referência, edital e seus Anexos. O Edital encontra-se disponível nos sites: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> e www.jardimdosecido.rn.gov.br. Maiores informações serão prestadas pelo e-mail: cpl_js@outlook.com ou pelo Fone: (84) 3472-3902. Jardim do Seridó/RN, em 10 de setembro de 2020 Pregoeiro Municipal

Jaelyson Max Pereira de Medeiros

Conforme o Art. 16 do Provimento 65/2017 do CNJ, ficam o Sr. Miguel Artur Marinho, o Sr. Washington Barbosa, o Sr. Francisco Canindé Barbosa, bem como terceiros eventualmente interessados cientes da tramitação do procedimento acima, podendo manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Não havendo apresentação de impugnação no prazo previsto neste

artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da

BENEDITO FAGUNDES PEREIRA Notário e Registrador

usucapião. O presente edital contém os requisitos exigidos no citado artigo: (I - o nome e a qualificação completa do requerente; II - a identificação do imóvel usucapiendo com o número da matrícula, quando houver, sua área superficial e eventuais acessões ou benfeitorias nele existentes; III - os nomes dos titulares de direitos reais e de outros direitos registrados e averbados na matrícula do imóvel usucapiendo e na matrícula dos imóveis confinantes ou confrontantes de fato com expectativa de domínio; IV - a modalidade de usucapião e o tempo de posse alegado pelo requerente; V - a advertência de que a não apresentação de impugnação no prazo previsto neste artigo implicará anuência ao pedido de reconhecimento extrajudicial da usucapião.)

OFÍCIO ÚNICO DE TIBAU DO SUL COMARCA DE GOIANINHA - RN Tabelião Público - Benedito Fagundes Pereira Substituto - Bartolomeu Fagundes Bisneto Substituto - Matheus Oliveira Fagundes Rua Três Poderes, 270 - Loja 02 - Centro. CEP 59.178-000 -

----- O notário e Registrador Público do Cartório Único de Tibau do Sul/RN faz saber, com base no Art. 216-A da Lei 6.015/73 e Provimento 65/2017 Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ, que foi protocolizado pedido para reconhecimento extrajudicial de usucapião ordinário. Solicitante: o Sr. ANDRÉAS MARIUS SCHERER, alemão, casado sob o regime de separação total de bens com a Sra. Camila Matias da Silva Scherer(CPF/MF sob o nº 053.118.194-48), portador do CPF/MF nº 016.340.414-37, portador da identidade RNE nº V570660-3, residente e domiciliado na Rua das Andorinhas, nº 08, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, CEP: 59.178-000, que vem através de seu advogado, o Dr. Emanuel Afonso Godinho Braga de Menezes Lima, Português, casado, advogado, inscrito na OAB/RN nº 9456, com escritório profissional no Largo de São

Sebastião, nº 73, Praia da Pipa, Tibau do Sul-RN. Área objeto da usucapião: 'terreno urbano localizado na Rua das Andorinhas, Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN, CEP 59.178-000, com 6 2 8, 0 0 m2(seiscentos e vinte e oito metros quadrados), imóvel cadastrado junto a Secretaria de Tributação do Município de Tibau do Sul/RN sob o nº 1. 0 10 1. 0 0 9. 10. 2 3 9 3. 0 0 0 0. 6 e sequencial nº 1.005775.7. Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice -M-0001, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-33°W, de coordenadas -6°13'57,739" S e -35°3'06,767" W de altitude 27,50 m; deste segue confrontando com a propriedade de RUA DAS ANDORINHAS , com azimute de 129°16'17" por uma distância de 16,70m até o vértice -M0002, de coordenadas -6°13'58,085" S e -35°3'06,348" W de altitude 27,50 m; deste segue confrontando com a propriedade de MARISA CIOCCIA, com azimute de 223°33'12" por uma distância de 37,00m até o vértice -M-0003, de coordenadas -6°13'58,957" S e -35°3'07,183" W de altitude 27,50 m; deste segue confrontando com a propriedade de OLIVIER CHRISTIAN EMILE ROUSSEL, com azimute de 310°12'58" por uma distância de 16,70m até o vértice -M-0004, de coordenadas -6°13'58,604" S e -35°3'07,596" W de altitude 27,50 m; deste segue confrontando com a propriedade de ANDREAS MARIUS SCHERER, com azimute 43°34'55" por uma distância de 38,40m até o vértice -M-0001, ponto inicial da descrição deste perímetro de 107,32 m. Imóvel não registrado no cartório. O valor atribuído a este imóvel é R\$ 160.000,00. O requerente alega o exercício pleno da posse do imóvel há mais de 10 (dez) anos, somadas as posses de seus antecessores.

EDITAL PARA FINS DE RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DE USUCAPIÃO

Porto-Ilha foi um dos 11 ativos de infraestrutura de transportes colocados para arrendamento pelo governo federal em junho deste ano

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jardim do Seridó/RN, torna público a quem interessar, que estará realizando a Licitação - PREGÃO ELETRÔNICO Nº

028/2020, tendo como objeto: A

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN -
ECONOMIA

Fecomércio: Senac RN abre nova etapa de cursos gratuitos para profissionais do turismo



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Dando continuidade na série de ações previstas dentro do Plano de Retomada do Turismo, o **Sistema Fecomércio RN**, por meio do **Senac**, inicia, nesta terça-feira (08), a partir das 14h, mais um período de matrículas em cursos gratuitos para profissionais do segmento turístico. As inscrições seguem até a próxima segunda-feira (14), pelo site rn.senac.br.

Nesta etapa estão sendo oferecidas 150 novas vagas em cursos que têm como foco habilitar trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva do turismo, com treinamentos para implementação das normas de biossegurança exigidas no Plano. Ao todo, já são 1.300 vagas ofertadas.

Podem participar profissionais que atuam nos segmentos relacionados à atividade turística em Meios de Hospedagem; Alimentos e Bebidas; Serviços Receptivos, Espaços e Equipamentos de Lazer e Visitação. A participação nas qualificações permitirá que

as empresas se habilitem a receber o Selo Turismo Mais Protegido, lançado pelo Governo do Estado com o objetivo de atestar os padrões de qualidade implementados nesses empreendimentos.

Para se inscrever, é preciso ter renda familiar mensal per capita de até dois salários mínimos federais, comprovados por meio de auto declaração, e apresentação de documentos pessoais, como RG, CPF, comprovante de residência e escolaridade. O candidato também deve dispor de computador com acesso à internet, visto que as aulas ocorrerão a distância.

Sobre o PRT

O Plano de Retomada do Turismo do Rio Grande do Norte é uma ação liderada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Turismo, com o objetivo de promover ações integradas dos empreendimentos turísticos para garantir a saúde pública e organizar a retomada gradativa das atividades, preservando os empregos e auxiliando na segurança econômica e sanitária. O Plano prevê ações de grande porte, a serem desenvolvidas ao longo dos próximos 18 meses.

Serviço:

Cursos Gratuitos **Senac** RN - Plano de Retomada do Turismo

Período: 08 a 14 de setembro.

Inscrição:rn.senac.br

Vagas: 150

Boas práticas de prevenção à COVID para Meios de Hospedagem - 50 vagas

Boas práticas de prevenção à COVID para Alimentos e Bebidas - 50 vagas

Boas práticas de prevenção à COVID para Serviços receptivos e Áreas de visitação - 50 vagas

CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO:

Idade Mínima: 18 anos;Ensino fundamental incompleto: Declaração de matrícula ou comprovante de conclusão de escolaridade;Ser profissional que atua nos segmentos relacionados à atividade turística sendo: Meios de hospedagem; Serviços receptivos (agências, transportes, guiamento, passeios, roteiros, atividades de lazer e áreas de visitação) ; Alimentos e Bebidas;Possuir renda familiar mensal per capita de até 2 salários mínimos federais (auto declaração);Apresentar documentos pessoais (CPF, RG, Termo de Compromisso, Autodeclaração de baixa renda, Comprovante de residência e de escolaridade);

ATENÇÃO

Antes de iniciar sua inscrição, você deve ter foto ou pdf do seu RG, CPF, Comprovante de Residência e Escolaridade, documentos essenciais para finalização do seu cadastro.Cada candidato pode se inscrever, no máximo, em dois cursos disponíveis neste processo, desde que não esteja matriculado em outras turmas ofertadas anteriormente pelo PSG.A seleção dos candidatos irá considerar a ordem de inscrição. Na Ficha de Cadastro, você deve informar um e-mail de uso pessoal.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - SENAC RN